



Associação Famalicense
de Prevenção e Apoio à Deficiência

RELATÓRIO E CONTAS GERÊNCIA 2014

Março 2015



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA





RELATÓRIO e CONTAS GERÊNCIA 2014

INDICE

INDICE.....	4
INDICE DE GRÁFICOS	9
INDICE DE FIGURAS	9
INDICE DE QUADROS	9
INDICE DE TABELAS	10
SIGLAS E ABREVIATURAS	11
CAPITULO I – APRESENTAÇÃO.....	12
1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	12
1.1 - Visão.....	12
1.2 - Missão	12
1.3 - Valores.....	12
1.4 - Política da Qualidade.....	12
1.5 - Estratégia	13
2. MENSAGEM DA DIREÇÃO	14
3. ORGANOGRAMA	22
4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	23
4.1 – Identificação.....	23
4.2 – Sede	23
4.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”	24
4.4 – Horário de Funcionamento	24
5. INTRODUÇÃO	24
6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2014.....	26
CAPITULO II – RECURSOS HUMANOS	27
1. INTRODUÇÃO	27
2. QUADRO DE PESSOAL	27
3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	29
4. DIVERSAS INFORMAÇÕES RETIRADAS DO BALANÇO SOCIAL.....	30
5. FLUXO DE ENTRADAS OU SAIDAS DE TRABALHADORES	30
6. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO	30
7. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	30

7.1 Apresentação de Resultados.....	31
7.2 Avaliação de Desempenho.....	32
CAPITULO III – ATIVIDADE	34
1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA.....	34
1.1 Enquadramento	34
1.2 Objetivos.....	34
1.3 Serviços.....	35
1.4 Frequência de Crianças	35
1.5 Destinatários.....	35
1.6 Crianças Sem Apoio	36
2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS.....	36
2.1 Enquadramento	36
2.2 Objetivos.....	36
2.3 Destinatários.....	36
2.4 Serviços.....	37
2.5 Frequência dos Clientes	37
2.6 Lista de Espera	37
3. LAR RESIDENCIAL.....	38
3.1 Enquadramento	38
3.2 Objetivos.....	38
3.3 Destinatários.....	38
3.4 Serviços.....	38
3.5 Frequência dos Clientes	38
3.6 Lista de Espera	39
4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES	39
4.1 Gabinete Social de Terapias	39
4.2 Centro de Estimulação de Alzheimer.....	40
4.2.1 Destinatários	40
4.2.2 Objetivos	40
4.2.3 - Serviços	41
5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE	41
6. AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES	42
6.1. Apresentação dos Resultados	42
7. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS PARCEIROS	43
7.1 Introdução	43

7.2 Metodologia.....	43
7.3 Apresentação dos Resultados	43
7.4 Conclusões	44
8. TRATAMENTO DAS RECLAMAÇÕES	45
9. TRATAMENTO DAS SUGESTÕES.....	46
10. AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS	47
10.1 Resultados de Avaliação	47
11. AMBIENTE	48
12. PUBLICAÇÕES NOS JORNAIS LOCAIS	49
CAPITULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
1.1 Características das Demonstrações Financeiras.....	50
1.2 Continuidade.....	51
1.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)	51
1.4 Consistência de Apresentação	51
1.5 Materialidade e Agregação	52
1.6 Informação Comparativa	52
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	53
3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	56
3. BALANÇO.....	57
4. ANEXO.....	58
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:.....	58
1.1 Designação da Entidade:.....	58
1.2 Sede:.....	58
1.3 Natureza da Atividade:	58
1.4 Registo	58
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	58
2.1 Referencial Contabilístico	58
3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS.....	59
3.1. Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras. ...	59
3.1.1 Continuidade	59
3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)	59
3.1.3 Consistência de Apresentação	60
3.1.4 Materialidade e Agregação	60

3.1.5 Compensação	60
3.1.6 Informação Comparativa.....	60
3.2 Outras Políticas Contabilísticas	60
3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis.....	60
3.2.2 Ativos Intangíveis	61
3.2.3 Inventários (Existências).....	61
3.3 Principais Pressupostos Relativos ao Futuro.....	61
3.4 Principais Fontes de Incertezas das Estimativas.....	61
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:	61
5. ATIVOS FIXOS TANGIVEIS.....	62
6. ATIVOS INTAGIVEIS.....	63
7. LOCAÇÕES	63
8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	63
9. INVENTÁRIOS	63
10. RÉDITO	64
11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	65
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	65
13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	65
14. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	66
14.1 Diversos	66
14.2 Depósitos Bancários	66
14.3 Estado e Outros Entes Públicos	66
14.4 Outras Contas a Receber e Pagar	67
14.5 Diferimentos	67
14.6 Fornecimentos e Serviços Externos	68
15. FLUXOS DE CAIXA	69
15.1 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais – Método Direto	69
16. RÁCIOS	70
16.1 Fundo Maneio	70
16.2 Liquidez Geral e Liquidez Imediata	70
16.3 Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento	71
16.4 Rendibilidade Líquida da Atividade	72
5. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO.....	73



6. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI	74
7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL	75
7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES (STC)	76
8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	77
CAPITULO VI - DIVERSOS.....	78
1. CONCLUSÕES	78
2. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	78
3. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO	79
4. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2014.....	79
5. REFERENCIAS FINAIS	80

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RESULTADOS AVALIAÇÃO SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	31
GRÁFICO 2 – RESULTADOS AVALIAÇÃO DESEMPENHO 2014 -2012	33
GRÁFICO 3 – RESULTADOS AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES	42
GRÁFICO 4 – MÉDIA DOS RESULTADOS POR VARIÁVEIS	44
GRÁFICO 5 – COMPARAÇÃO (2014 – 2012) RELAÇÃO INSTITUCIONAL DE VARIÁVEIS ...	45
GRÁFICO 6 – COMPARAÇÃO (2014 – 2012) RECLAMAÇÕES.....	46
GRÁFICO 7 – COMPARAÇÃO (2014 – 2012) SUGESTÕES.....	47

ÍNDICE DE FIGURAS

FIG. 1 – QUADRO PESSOAL EM 31 DEZ 2013	28
FIG. 2 – CERTIFICADO DA QUALIDADE	41
FIG. 3 – RESULTADO LIQUIDO 2013	55
FIG. 4 – RESULTADO LIQUIDO 2014	55

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – QUADRO PESSOAL DISTRIBUÍDO PELAS RESPOSTAS SOCIAIS	27
QUADRO 2 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E IDADES DO QUADRO PESSOAL	28
QUADRO 3 – AÇÕES DE FORMAÇÃO DOS COLABORADORES	29
QUADRO 4 – INFORMAÇÕES DO BALANÇO SOCIAL	30
QUADRO 5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE 2014 - 2012	32
QUADRO 6 – FREQUÊNCIA CRIANÇAS EM 2013 E 2014 IPI	35
QUADRO 7 – FREQUÊNCIA DOS CLIENTES EM 2013 E 2014 - CAO.....	37
QUADRO 8 – FREQUÊNCIA DOS CLIENTES EM 2013 E 2014 - LAR.....	39
QUADRO 9 – FREQUÊNCIA DOS CLIENTES DO GABINETE SOCIAL DE TERAPIAS.....	40
QUADRO 10 – TRATAMENTO DAS RECLAMAÇÕES.....	45
QUADRO 11 – TRATAMENTO DAS SUGESTÕES	46
QUADRO 12 – AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS.....	47
QUADRO 13 - RENDIMENTOS E GASTOS.....	55



ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA.....	53
TABELA 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	56
TABELA 3 – BALANÇO 2014.....	57
TABELA 4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	62
TABELA 5 – ATIVOS INTANGÍVEIS.....	63
TABELA 6 – INVENTÁRIOS	64
TABELA 7 – CONTA DE MERCADORIAS EM 2014	64
TABELA 8 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	64
TABELA 9 – SUBSÍDIOS DO GOVERNO	65
TABELA 10 – GASTOS COM PESSOAL EM 2014 E 2013.....	65
TABELA 11 – SALDO DEPÓSITOS BANCÁRIOS EM 2014 E 2013	66
TABELA 12 – SALDO DA CONTA DE DÍVIDAS AO ESTADO	66
TABELA 13 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	67
TABELA 14 – SALDO DA CONTA DE DIFERIMENTOS	67
TABELA 15 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	68
TABELA 16 – FLUXOS CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS	69
TABELA 17 – FUNDO DE MANEIRO	70
TABELA 18 – RÁCIO LIQUIDEZ GERAL E IMEDIATA	70
TABELA 19 – RÁCIO AUTONOMIA FINANCEIRA, SOLVABILIDADE E ENDIVIDAMENTO...	71
TABELA 20 – RENDIBILIDADE LÍQUIDA	72
TABELA 21 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CAO.....	73
TABELA 22 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DO CAO.....	73
TABELA 23 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS DE IPI.....	74
TABELA 24 – RENDIMENTOS E GASTOS TOTAIS E MÉDIOS DE IPI	74
TABELA 25 – DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS LAR.....	75
TABELA 26 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DO LAR	75
TABELA 27 – RENDIMENTOS E GASTOS MÉDIOS DOS STC.....	76
TABELA 28 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS GASTOS COM O ORÇAMENTO	77
TABELA 29 – COMPARAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS RENDIMENTOS COM O ORÇAMENTO	77

SIGLAS E ABREVIATURAS

AFPAD	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
AFSA	Associação de Futebol de Salão Amadores de Famalicão
APQ	Associação portuguesa da Qualidade
AT	Acidentes de Trabalho
BES	Banco Espírito Santo
BM	Baixa Médica
BPI	Banco Português Investimento
CAO	Centro de Atividades Ocupacionais
CHMA	Centro Hospitalar Médio Ave
CRPG	Centro Reabilitação Profissional Gaia
ELI	Equipa Local Intervenção
ESNL	Entidades Setor Não Lucrativo
FM	Fundo de maneiio
GST	Gabinete Social Terapias
HACCP	Sigla Internacional para o sistema de segurança alimentar
IEFP	Instituto Emprego Formação Profissional
IPI	Intervenção Precoce na Infância
ISSS	Instituto Solidariedade Segurança Social
MG	Montepio Geral
NCRF	Norma Contabilística Relato Financeiro
NUTS	Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas
PASEC	Plataforma de Animadores Sócio Educativos e Culturais
PIIP	Plano Individual Intervenção Precoce
R/C	Rés-do-chão
RU	Relatório único
SHST	Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
SNC	Sistema Normalização Contabilização
SNIPi	Serviço Nacional Intervenção Precoce na Infância
UDIPSS	União Distrital Instituições Particulares de Solidariedade Social
VNF	Vila Nova de Famalicão

CAPITULO I – APRESENTAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 - Visão

Ser uma referência na integração familiar e social das pessoas com deficiências e incapacidades, contribuindo para uma sociedade aberta e inclusiva.

1.2 - Missão

Prestar serviços integrados e personalizados de apoio a pessoas com deficiência e incapacidades e disponibilizar apoio às famílias em articulação interinstitucional, adotando estratégias de inovação e melhoria contínua.

1.3 - Valores

- Respeito pelos direitos dos clientes e significativos, dinamizando um atendimento personalizado, individualizando percursos e metodologias no sentido de ir o mais longe possível na integração social;
- Confidencialidade, garantindo absoluto sigilo de todas as informações e dados pessoais, designadamente os que dizem respeito à privacidade dos clientes;
- Participação e coresponsabilização, envolvendo a família, os agentes sociais e os cuidadores principais na prestação dos serviços;
- Motivação e empenho dos colaboradores, contribuindo para o sucesso da organização;
- Responsabilidade, assumindo as ações respeitando os mais elevados padrões de ética e profissionalismo;
- Lealdade, respeitando as hierarquias, agindo com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes.

1.4 - Política da Qualidade

Prestar serviços de qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas dos clientes e significativos, gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas, através da inovação e melhoria contínua, enquanto organização orientada para uma ética de responsabilidade e de dever.

1.5 - Estratégia

- Melhorar continuamente a qualidade dos serviços através da implementação do sistema de gestão da qualidade;
- Melhorar os sistemas de informação e comunicação;
- Promover a eficiência dos recursos humanos através da formação e melhoria contínua;
- Investir em estruturas físicas, equipamentos e transportes;
- Criar estratégias para a sustentabilidade económico-financeira.

2. MENSAGEM DA DIREÇÃO

Continuar o caminho...

01. Como sempre deve suceder de ano para ano, o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência respeitante ao ano de 2014 tem que ter como base de sustentação o Plano de Atividades e Orçamento para o mesmo ano. Dizia no ano passado, e mantenho, que «este olhar crítico sobre aquilo que se propôs e aquilo que foi alcançado é fundamental para a vida da instituição, tomando como lição aquilo que foi ou não foi conseguido no passado, para corrigir ou alterar metas no futuro.»

02. Como todos sabem, a certificação da qualidade dos serviços de CAO e Lar Residencial trouxe à AFPAD novas responsabilidades em termos do seu trabalho futuro. Sempre se disse que «a certificação não pode ser encarada como um ponto de chegada, mas sim como um ponto de partida.»

03. Dando continuidade ao processo de certificação da qualidade, a AFPAD foi avançando, no ano de 2014, no desenvolvimento dos meios que garantam a sua sustentabilidade financeira presente e futura, trabalhando no envolvimento de eventuais mecenas da instituição, na revisão dos acordos de cooperação com a Segurança Social, no aumento da capacidade do Lar Residencial, através da reformulação das atuais instalações ou da construção de novas instalações, integrando mais associados e promovendo uma ligação ao meio mais alargada e com mais cumplicidade com os objetivos da instituição, conforme, aliás, se apontava no Plano de Atividades para esse ano.

04. Alguns destes objetivos continuam a ser trabalhados, enquanto outros foram parcialmente atingidos. As instituições devem, em primeiro lugar, no meu entender, tentar obter a rentabilização máxima das suas mais – valias internas e não ficar à espera que outras instituições públicas ou privadas resolvam integralmente os seus problemas.

Quero dizer que, em 2014, à semelhança dos anos anteriores, a AFPAD nunca gastou além das suas possibilidades, conseguindo, por esta via, manter o necessário equilíbrio interno.

Por outro lado, a AFPAD candidatou-se a um conjunto de projetos e estímulos tendentes a reforçar as suas condições de sustentabilidade.

Gostaria de referir aqui a candidatura ao programa “BPI Capacitar”, para a construção do novo Lar Residencial, candidatura que não foi aprovada, por razões que penso terem a ver com o grande volume financeiro solicitado, mas a que a AFPAD voltará em próximas edições, a candidatura ao programa “EDP Solidária” de que ainda esperamos os resultados, a candidatura ao Fundo de Socorro Social, para aquisição de novas viaturas de que ainda também esperamos os resultados finais, a integração em programas de voluntariado do Jumbo em que, pelo segundo ano consecutivo, a AFPAD foi a instituição mais votada pelos clientes da superfície comercial, a participação regular em ações, também promovidas pelo Jumbo, de recolha de bens alimentares, a cooperação com o Banco Alimentar, também para a recolha de géneros alimentares, o intercâmbio com a Associação “Amigos do Pedal” que, também pela segunda vez, permitiu a angariação de produtos variados, a ligação cada vez mais estreita que se vai estabelecendo com algumas empresas para obtenção de donativos financeiros na Quadra Natalícia que tem dado bons resultados, o programa “IRS Solidário” que tem permitido também bons resultados, a participação em ações de venda dos produtos confeccionados pelos utentes no Jumbo, na Segurança Social e nas Festas Antoninas, a realização de um sorteio de Natal e a participação em todas as ações que possam contribuir para a sustentabilidade da AFPAD.

Gostaria de salientar também a cooperação do Ministério Público do Tribunal de Vila Nova de Famalicão com a AFPAD que tem permitido a substituição de pequenas penas por donativos em dinheiro a favor da instituição.

05. Por razões que já tivemos oportunidade de analisar em vários momentos, é urgente encontrar uma alternativa para o atual Lar Residencial que a instituição possui na Freguesia de Vermoim.

Como todos certamente ainda se recordam, a primeira hipótese colocada foi a ampliação e remodelação das atuais instalações. Esta possibilidade foi abandonada quando, na sequência de contactos com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, se colocou a hipótese de se poder vir a avançar com uma construção de raiz nos terrenos onde viveu a comunidade de etnia cigana.

Logo que esta possibilidade ganhou forma, a AFPAD apresentou à Câmara Municipal um “estudo prévio” muito elementar que apontava para uma construção de rés – do – chão, com os vários equipamentos do Lar dispersos por uma área de aproximadamente 1 500 m².

O processo foi evoluindo e, na sequência de novos contactos com a Câmara Municipal, a solução encontrada numa segunda fase aposta num edifício de três pisos com a ocupação de uma área de aproximadamente 1 000m².

Aguarda-se agora que esta solução ganhe carácter definitivo, de forma a poder avançar-se com a elaboração do projeto.

06. No Plano de Atividades de 2013, referíamos que «há também que procurar novos caminhos nas ASU (atividades socialmente úteis) que permitam à instituição a obtenção de mais – valias e aos jovens uma trajetória de maior sucesso pessoal e familiar.»

Em 2014, avançou-se significativamente nesta direção, com a criação, em parceria com a PASEC, de uma atividade formativa para um grupo de pessoas com deficiência e incapacidade, com vista à sua integração em atividades socialmente úteis (ASUS) na comunidade.

Este projeto inovador que envolve as duas instituições divide-se em três fases: na primeira, é dada formação orientada para a aquisição de competências na área informática, com o levantamento de interesses e motivações do grupo de candidatos às ASUs; na segunda fase, determinam-se os perfis dos candidatos às ASUs, com procura ativa na comunidade de empresas que demonstrem interesse em acolher os candidatos; na terceira e última fase, procura-se a integração do grupo de candidatos às ASUs, com o apoio das entidades acolhedoras (empresas), de forma a proporcionar às pessoas com deficiência a sua valorização pessoal e o maior desenvolvimento possível das suas capacidades, no sentido da promoção da sua autonomia.

Este projeto procura promover a valorização pessoal no trabalho das pessoas com deficiência, desenvolver as suas capacidades, no sentido de promover a sua autonomia, e contribuir para o reconhecimento da sociedade das capacidades das pessoas com deficiência e incapacidade, promovendo o seu reconhecimento social.

Pretende-se também com este projeto que se chamou de “Abrir Portas”, contribuir para o desenvolvimento social dos participantes, aumentar a sua participação em atividades na sociedade, sensibilizar a comunidade em geral para a importância da contribuição das pessoas com deficiência e incapacidade no trabalho, aumentar a perceção individual sobre a valorização pessoal das pessoas com deficiência e incapacidade, alargar o número de atividades sociais das pessoas com deficiência e desenvolver competências de relações interpessoais em contexto laboral e social.

A PASEC é um parceiro estratégico da AFPAD. Para além da dinamização deste projeto, a PASEC colabora regularmente no quotidiano da instituição, com sessões de simbologia corporal para os utentes e com o envolvimento noutras iniciativas.

07. Entre essas iniciativas, há que destacar os “Jogos da Diferença” que tiveram a sua segunda edição no dia 22 de Junho, Domingo, no Lar Residencial “A Minha Casa”, em Vermoim.

O evento juntou mais de uma centena de jovens oriundos de várias regiões do País que, num processo de entreatajuda e cooperação, se envolveram na realização de vários jogos especialmente concebidos pela PASEC para esta iniciativa, permitindo que, num processo coletivo de participação e partilha, todos pudessem ser iguais, mesmo sendo diferentes.

Esta iniciativa das duas instituições que teve também o envolvimento do Programa Juventude em Ação, do Instituto Português da Juventude, do Programa Erasmus, da União Europeia, representado na iniciativa pelo Dr. Joaquim Freitas, e da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, representada pelo Dr. Mário Passos, visou promover o protagonismo juvenil e das pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, numa interação constante. Foi um dia de envolvimento coletivo entre as famílias e os utentes da AFPAD que pretendeu, e conseguiu, estreitar os laços e a cumplicidade entre todos.

08. Como os associados sabem, para responder às necessidades das famílias que têm pessoas com doenças neurodegenerativas, nomeadamente Alzheimer - uma lacuna no concelho de Vila Nova de Famalicão – a AFPAD propôs-se instalar o Centro de Estimulação de Alzheimer e de Doenças Neurodegenerativas.

O objetivo foi atingido e o Centro de Estimulação de Alzheimer funciona na sede da AFPAD, utilizando instalações que anteriormente eram usadas pela Intervenção Precoce. Nestes espaços funciona também, fora dos horários normais de trabalho, o Gabinete Social de Terapias que dá respostas nas áreas da Psicologia, Fisioterapia e Terapia da Fala.

O projeto está a avançar, tendo neste momento cinco utentes regulares. Para além das atividades regulares que são desenvolvidas, há utentes que têm sessões individuais de fisioterapia.

O “feed – back” dos familiares e dos utentes do Centro de Alzheimer é muito positivo, antevendo-se o seu crescimento durante o ano de 2015.

09. A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) aderiu, em 2014, à campanha “Amarelo por um sorriso”, promovida pela Resinorte, com o objetivo de despertar e incentivar na população o interesse pela separação e valorização dos resíduos sólidos urbanos e a defesa do meio ambiente.

Esta campanha baseou-se na separação e armazenamento de todo o tipo de material a colocar no contentor amarelo do ecoponto, ou seja, embalagens de plástico, de metal e embalagens de bebidas. A campanha pretendeu associar o objetivo da separação e a vertente ambiental ao objetivo social, contribuindo com a possibilidade da instituição adquirir um bem que lhe seja necessário.

A campanha iniciou-se no dia 1 de Fevereiro e terminou em 21 de Novembro, envolvendo todos os utentes, colaboradores e dirigentes da AFPAD que passaram a acondicionar em sacos plásticos, depois de devidamente esvaziadas, as embalagens de plástico, metal e embalagens de bebidas que depois foram recolhidos pela Resinorte no Lar Residencial, na Freguesia de Vermoim.

Desenvolvendo a sua ação com jovens portadores de deficiência ou incapacidade, a AFPAD considera de grande importância o envolvimento dos seus utentes neste tipo de atividades que contribuem para a sua afirmação enquanto cidadãos, com todos os direitos que os outros cidadãos têm, mas também com deveres que são universais e que, no caso concreto, têm a ver com a preservação do ambiente e com a reutilização de materiais de diversos tipos para outros fins.

10. A AFPAD sempre esteve e continua aberta a outras instituições, cooperando com elas na realização de estágios. Foi assim que, no âmbito do estágio profissional do Curso Técnico de Apoio Psicossocial, três alunas da Didáxis implementaram e concluíram em 2014, na Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD), na valência de CAO (Centro de Atividades Ocupacionais), um projeto intitulado “A imaginação faz a diferença” que tratou a temática dos meios e técnicas de comunicação dirigidos a pessoas portadoras de deficiência.

Depois de um diagnóstico prévio, em que as estagiárias se aperceberam das dificuldades dos utentes do Centro de Atividades Ocupacionais relacionadas com a falta de articulação vocal, falta de capacidade de expressão e dificuldades na concentração e comunicação, lançaram mãos à obra, desenvolvendo um conjunto de atividades com o objetivo de utilizar técnicas de intervenção como forma de inclusão das pessoas portadoras de deficiência.

Num trabalho que decorreu ao longo de algumas semanas, as estagiárias da Didáxis construíram com os utentes do CAO um livro com as fotografias de todos os momentos marcantes do estágio, em que cada um participou com aquilo que melhor sabe fazer: uns bordaram, outros colaram, outros ainda fizeram recortes para uma obra coletiva que fica a marcar o projeto, pois nele se guardam as recordações de muitos dias.

A “rolha colorida” foi outra atividade que motivou os utentes do CAO, levando-os a fazer desenhos apenas com a parte inferior de uma rolha que cada um ia molhando num prato com tintas de cores diferentes.

11. A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) e a PSP assinaram, no passado dia 3 de Dezembro, “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência”, um protocolo de cooperação, no âmbito do programa especial “SIGNIFICATIVO AZUL” que visa contribuir para a segurança de pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência e de todos aqueles que com elas interagem. O protocolo foi assinado nas instalações do Comando Distrital da PSP, em Braga, no salão nobre do antigo Governo Civil, tendo também aderido ao projeto outras instituições de Vila Nova de Famalicão e do Distrito de Braga.

Em 1998, as Nações Unidas decidiram criar o “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, de forma a proporcionar maior dignidade, bem – estar, respeito pelos direitos e formas de integração às pessoas com deficiência. Estes objetivos têm vindo a ser lentamente alcançados, inserindo-se o programa “SIGNIFICATIVO AZUL” dentro destes objetivos globais de proporcionar a todos uma cidadania abrangente e completa.

Com este protocolo, a PSP, no caso concreto da AFPAD, a PSP de Vila Nova de Famalicão, vai sensibilizar e formar as organizações da área da deficiência e reabilitação para apoiarem a PSP na promoção de uma cultura de prevenção de situações de violência e maus tratos contra pessoas com deficiência e contribuir para a melhoria no atendimento e encaminhamento das pessoas com deficiência por parte dos elementos da PSP.

O programa especial “SIGNIFICATIVO AZUL” vai estender-se por duas fases, uma que tem diretamente a ver com a implementação e outra com o desenvolvimento e monitorização. Na primeira fase, a PSP vai definir interlocutores privilegiados, preferencialmente pertencentes à estrutura de prevenção e proximidade, estando previstas, na segunda fase, várias ações que passam pela promoção do sistema de monitorização “Estou Aqui”, pela realização de sessões de sensibilização sobre os direitos inerentes às pessoas com deficiência, pelo acompanhamento dos

casos reportados como de maior risco, pela resposta a solicitações formativas ou de sensibilização das organizações parceiras e pela monitorização de casos considerados de risco.

2015 vai ser o ano de desenvolvimento do projeto.

12. Todas as demais atividades, iniciativas e projetos desenvolvidos com os clientes da AFPAD encontram-se muito bem documentados no Relatório de Atividades referente ao ano de 2014, elaborado pelas diretoras técnicas do CAO e do Lar Residencial.

O Relatório de Atividades de 2014 é uma vez mais uma evidência clara da diversidade, criatividade e alcance das atividades desenvolvidas na AFPAD, constituindo mais um passo para a sua afirmação como instituição de referência no Município de Vila Nova de Famalicão.

13. Uma referência necessariamente muito breve à situação financeira da instituição.

Durante o ano de 2014 conseguiu-se alguma estabilidade, com as despesas a não superarem as receitas, o que permitiu o equilíbrio financeiro registado no fim do ano. O resultado financeiro é positivo em 3 963,91 euros.

Queria referir aqui que, no ano passado, a AFPAD não teve qualquer apoio extraordinário da Segurança Social ou da Câmara Municipal. Mesmo assim, contando apenas com as suas receitas correntes e o apoio, em maior ou menor grau, de algumas empresas e instituições, a AFPAD honrou todos os compromissos com os seus colaboradores, os seus fornecedores e todos aqueles que, com maior ou menor frequência, prestam serviços à instituição.

O mapa de financeiro anexo a esta introdução reflete isso mesmo.

Gostaria de deixar aqui as conclusões do TOC da Associação, o Dr. Abílio Couto que, na sequência da auditoria que fez às contas de 2014, diz o seguinte:

- «Ano razoavelmente equilibrado, com um resultado positivo de + - 4 000 euros.
- No entanto, há crédito de clientes que no futuro poderão ser imparidades e que praticamente anula o resultado positivo.
- De realçar que as contas de balanço apresentam saldos razoáveis e compreensíveis, não merecendo qualquer reparo.
- O investimento em 2014 foi de 3 490 euros.

- As despesas totalizaram 401 039, 89 euros e o orçamento era 400 141, 48 euros. Diferença sem significado.
- As receitas totalizaram 405 003, 89 euros e o orçamento era 401 870, 92 euros.
- Em 2013, houve receitas que não se verificaram em 2014:
 - Fundo de Socorro Social: 25 000 euros;
 - Subsídio CMVNF: 15 000 euros.»

14. Conforme já referi no passado recente, o trabalho da AFPAD não se esgota num ano e tem que ter uma continuidade ininterrupta. Trata-se de um processo aberto e sempre em construção em que se pretende o envolvimento de todos os associados, colaboradores, parceiros e amigos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

Só com este envolvimento sério e comprometido será possível continuar a fazer o caminho que a AFPAD definiu como seu no apoio a pessoas portadoras de deficiência e incapacidade.

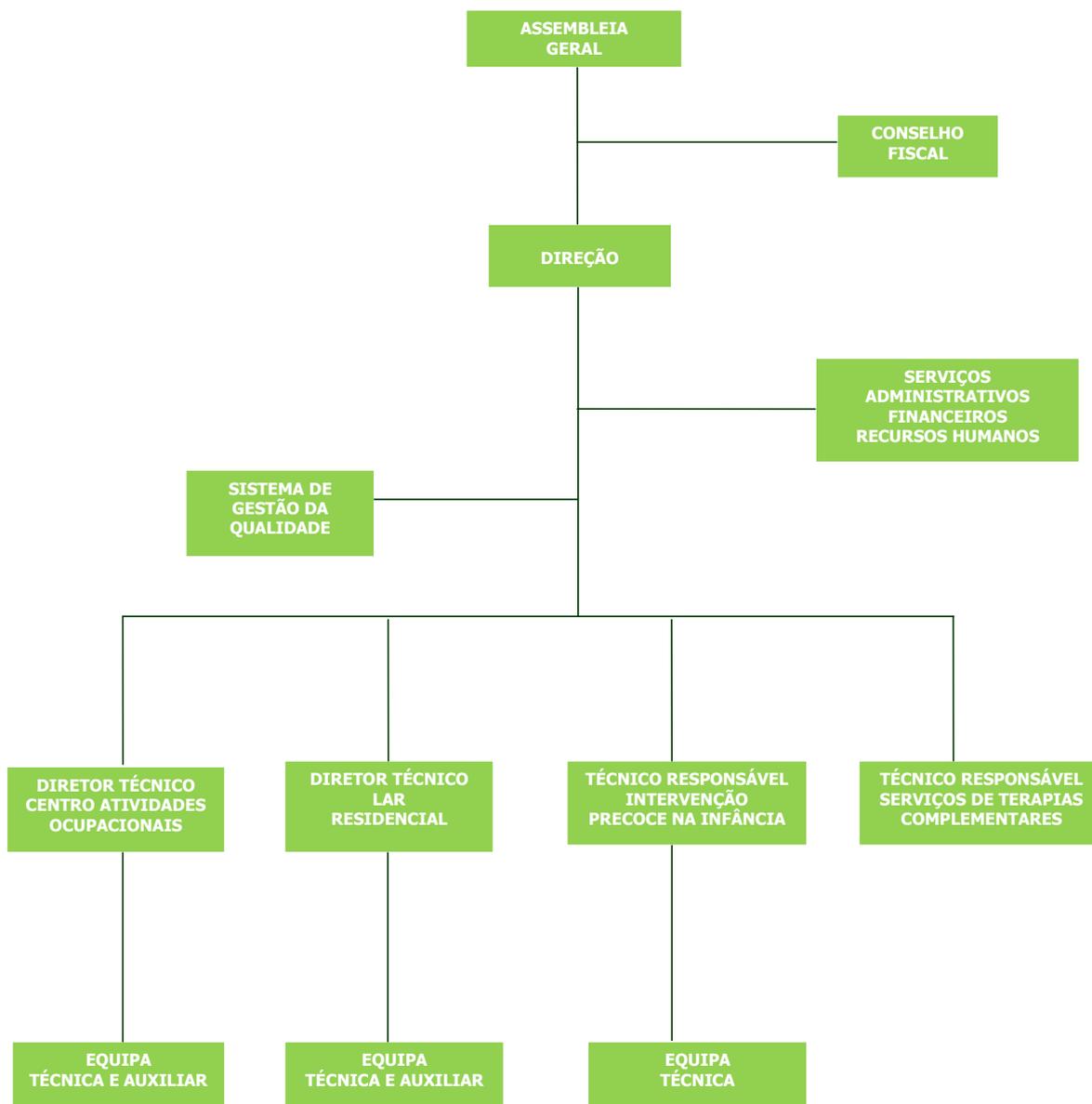
Neste contexto, a VISÃO, MISSÃO e VALORES da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência assumem uma redobrada importância como referenciais permanentes de todo o trabalho que é desenvolvido pela instituição.

Penso que, genericamente foi isso que aconteceu em 2014 e será isso que vai acontecer em anos futuros.

Vila Nova de Famalicão, 05 de Março de 2015.

Mário da Costa Martins, Presidente da Direção

3. ORGANOGRAMA



4. CARATERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

4.1 – Identificação

Designação:	Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência
Morada:	Rua António Sérgio, 103 4760 – 298 VILA NOVA DE FAMALICÃO
Telefone:	252 378 790 / 252 378 791
E-mail:	geral@afpad.org
Web:	www.afpad.org
Facebook:	http://www.facebook.com/afpad.ipss
NIPC:	502 914 432
NISS:	2000 494 6450
CAE:	87302 – Atividades de apoio social para pessoas com deficiência com alojamento
Matricula:	Inscrição n.º 35/95, de fls. 46 e 46 vº do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social
Publicação:	Diário da República, III Série, n.º 211, 12/09/1995
Região NUTS:	NUTS III – Portugal – Norte - Ave
Caracterização Jurídica:	Outras Associações (IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social)

4.2 – Sede

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência está edificada num edifício composto por R/C e seis andares. A fração autónoma designada pela letra “A” correspondente ao R/C cuja propriedade é da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, conforme escritura efetuada no dia vinte e sete de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, no terceiro cartório notarial do Porto.

O edifício cumpre com todas as regras e normas de segurança exigíveis por lei e oferece as condições mínimas exigíveis para a prática e desenvolvimento das suas atividades, onde possui o alvará de licença de utilização n.º 494/2008, emitida pelo departamento de urbanismo e habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicao.

O edifício é repartido por sectores, onde funcionam os serviços administrativos, as respostas sociais de Intervenção Precoce na Infância, Centro de Atividades Ocupacionais, Serviços e Terapias Complementares, para além de um espaçoso parque automóvel e com um lugar de estacionamento para pessoas portadoras de deficiências e incapacidades e um lugar para ambulâncias, localizado na via pública mesmo em frente ao edifício.

4.3 – Lar Residencial “A Minha Casa”

O funcionamento da resposta social de Lar Residencial “ A Minha Casa” está edificada num edifício arrendado de tipologia T5, situado na Avenida João XXI, 1928 na freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão e é composto por R/C e um andar, anexos e um grande logradouro.

4.4 – Horário de Funcionamento

O horário de funcionamento da sede é o seguinte:

De segunda-feira a sexta-feira:

Abertura: Das 8:30h às 12:30h

e das 14:00 h às 18:00 h

Sábado: Descanso Complementar.

Domingo: Descanso Obrigatório

O Lar Residencial “ A Minha Casa” funciona 24 horas por dia, durante todo o ano.

5. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea b) do número dois do artigo 32º dos Estatutos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, a Assembleia Geral reúne ordinariamente até 31 de Março, para discussão e votação do relatório de contas de gerência, bem como do parecer do conselho fiscal.

Nos termos das disposições estatutárias, compete à Direção elaborar o relato e as contas de gerência, conferindo-lhe, neste domínio, a responsabilidade dos restantes órgãos.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência apresenta o relatório de contas de gerência referente ao ano de 2014, elaborado de acordo com toda a sua atividade desenvolvida durante o período compreendido entre o dia um de Janeiro e o dia trinta e um de Dezembro de 2014.

O presente relatório, visa divulgar e dar a conhecer principalmente aos seus associados, para além de outras partes interessados na informação económica e financeira, a caracterização e o desenvolvimento de toda a sua atividade, exercida no decorrer do ano de 2014, assim como a análise dos resultados através das demonstrações financeiras.

Também divulgamos os factos e os acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano de 2014, assim como os recursos e os meios aplicados, os resultados obtidos e o seu impacto em cada resposta social.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República n.º 48, 1 Série, de 9 de Março de 2011, que aprova o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC – ESNL), e pelo aviso n.º 6726-B/2011 publicado no Diário da República n.º 51, 2 Série, de 14 de Março de 2011, que aprova a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Esta norma (SNC-ESNL) corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Para a sua elaboração foram analisadas as demonstrações financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza, Demonstração dos Fluxos de Caixa), para além de outros documentos e peças contabilísticas extraídas do sistema de gestão SAGE, (programa de contabilidade e de salários entre outros instrumentos informáticos).

Por último, uma referência aos resultados obtidos no período compreendido entre o dia um de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014, que apresenta na sua estrutura de gastos o valor total de 401.039,98 € (quatrocentos e um mil e trinta e nove euros e noventa e oito cêntimos) e o valor total de 405.003,89 € (quatrocentos e cinco mil e três euros e oitenta e nove cêntimos) de rendimentos o que evidencia um apuramento de um resultado líquido positivo no valor de 3.963,91 € (três mil novecentos e sessenta e três euros e noventa e um cêntimos).

6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2014

A partir de 01 de Janeiro de 2014, a taxa social única (encargos da entidade patronal) passou a ser de 21,20% para as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), ou seja aumentou 0,40% relativamente ao ano anterior.

Durante o ano de 2014, o subsídio de refeição pago aos colaboradores foi pago em espécie (refeição).

No dia 24 de Maio de 2014, a Associação de Futebol de Salão Amador de Famalicão (AFSA), dou à AFPAD cerca de 250 Kg em géneros alimentares.

Em Maio de 2014 foi introduzido e criado o serviço do Centro de Estimulação de Alzheimer/Doenças neurodegenerativas, para atender casos de pessoas com doenças neurodegenerativas, nomeadamente doença de alzheimer, demências, doença de Parkinson entre outras.

No dia 4 de Junho de 2014 o presidente da Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão doou à AFPAD o valor de 1.500,00 euros, do prémio que recebeu pela pintura de um quadro alusivo às comemorações do 25 de Abril, lançado pela Associação Milho D´Oiro.

Em julho a AFPAD foi a contemplada com o premio de 1.000,00 euros do projeto de voluntariado do Jumbo de Famalicão, com a candidatura que apresentou com a designação de “Um sorriso para o Alzheimer”.

Em Agosto de 2014 a AFPAD recebeu o valor de 1.000,00 euros da empresa Transcon para financiamento da colónia de férias dos clientes da AFPAD.

No dia 18 de Dezembro de 2014 a mesma empresa Transcom dou o valor de 1.000,00 euros para apoio financeiro de atividades da AFPAD.

CAPÍTULO II – RECURSOS HUMANOS

1. INTRODUÇÃO

A gestão dos recursos humanos no ano corrente não sofreu alterações significativas na estrutura de funcionamento, apresentando apenas pequenos ajustamentos de reorganização e adequação dos recursos existentes.

Outros dados e estatísticas relativas aos recursos humanos que fazem parte do quadro de pessoal podem ser consultados no Balanço Social e no Relatório Único.

2. QUADRO DE PESSOAL

No quadro seguinte é apresentado a distribuição dos Recursos Humanos que fazem parte do quadro de pessoal, afetos a cada resposta social, por categoria profissional e habilitações literárias, à data de 31 de Dezembro de 2014.

N.º	Função	Hab. Literárias	C.A.O.	I.P.I	LAR
1	Assistente Social	Licenciatura	50 %	50 %	
1	Psicólogo	Mestrado		50 %	50 %
1	Psicóloga	Licenciatura	50 %		50 %
1	Contabilista	Licenciatura	50 %	10 %	40 %
1	Terapeuta da Fala	Licenciatura		100 %	
1	Monitora	10.º Ano			100 %
1	Cozinheira	6.º Ano	100 %		
1	Cozinheira	4.º Ano			100 %
1	Motorista	9.º Ano	90 %		10 %
1	Ajudante Apoio Pessoas	12.º Ano	100 %		
1	Monitora CAO 2ª	12.º Ano	100 %		
1	Ajudante Apoio Pessoas	6.º Ano	100 %		
3	Ajudantes Acção Direta	9.º Ano			100 %
1	Auxiliar Serviços Gerais	6.º Ano			100 %
3	Ajudantes Acção Direta	4.º Ano			100 %
3	Ajudantes Acção Direta	6.º Ano			100 %
1	Ajudante Acção Direta	12.º Ano			100 %
1	Auxiliar Serviços Gerais	9.º Ano	90 %	10 %	

24

Quadro 1 – Quadro pessoal distribuído pelas respostas sociais



Fig. 1 – Quadro Pessoal em 31 Dez 2013

Os recursos humanos, existentes à data de 31 de Dezembro de 2014, distribuídos por habilitações literárias e idade. A idade média dos colaboradores é de 47 anos.

Habilitações Literárias	N.º	Idades	N.º
Mestrado	02	24 a 35 Anos	02
Licenciatura	03	36 a 47 Anos	08
Ensino Secundário (12º Ano)	03	48 a 55 Anos	10
Ensino Secundário (10º Ano)	01	56 a 65 Anos	04
3º Ciclo Ensino Básico (9º Ano)	05	> 66 Anos	00
2º Ciclo Ensino Básico (6º Ano)	06		
1º Ciclo Ensino Básico (4º Classe)	04		
Total	24	Total	24

Quadro 2 – Habilitações literárias e idades do quadro pessoal

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência labora no regime normal de trabalho de acordo com o Código do Trabalho – Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro de 2009 e posteriores alterações, assim como também aplica o contrato coletivo de trabalho publicado no (BTE) Boletim de Trabalho e Emprego N.º 6 de 15 de Fevereiro de 2012.

3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O sucesso dos nossos projetos está diretamente dependente da performance individual e coletiva de cada colaborador, pelo que as iniciativas de formação e desenvolvimento dos quadros de pessoal merecem especial atenção e uma cuidadosa e detalhada preparação.

Foi concedido aos colaboradores a possibilidade de frequentarem ações de formação profissional, nomeadamente a frequência de cursos superiores na área do desenvolvimento pessoal e profissional, como consultoria, congressos, workshop e outras ações/formações.

No ano de 2014 a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência realizou e/ou proporcionou aos seus colaboradores as seguintes ações/formação profissional e outros, num total de 171 horas.

Área de Ação/Formação	N.º Horas	Participantes	N.º Total Horas
Enquadramento na organização	3 Horas	1	3 horas
Serviços sociais	13 Horas	1	13 horas
Trabalho social e orientação	7 Horas	1	37 horas
	30 Horas	1	
Psicologia	8 Horas	1	8 horas
Serviços de apoio a crianças e jovens	4 Hora	2	86 horas
	9 Horas	2	
	23 Horas	1	
	14 Horas	2	
	6 Horas	1	
Saúde	7 Horas	1	10 horas
	3 Horas	1	
Terapia e Reabilitação	14 Horas	1	14 horas
Total Horas			171 Horas

Quadro 3 – Ações de formação dos colaboradores

4. DIVERSAS INFORMAÇÕES RETIRADAS DO BALANÇO SOCIAL

No balanço social de 2014 constam as seguintes informações:

Tempo de Trabalho	N.º	Organização Tempo Trabalho	N.º
35 horas semanais	5	Horário trabalho fixo	14
37 horas semanais	10	Horário trabalho turno rotativo	10
38 horas semanais	4		
40 horas semanais	5		

Quadro 4 – Informações do balanço social

Potencial máximo anual (horas trabalháveis, durante o ano) 38675

Número de horas efetivamente trabalhadas 36478

Diferença - 2197

O valor apresentado na diferença reflete as horas de uma colaboradora que está com incapacidade temporária para o trabalho por doença natural por período prolongado e que cobriu o ano de 2014 por completo, assim como reflete as horas dos restantes colaboradores que estiveram com incapacidade temporária para o trabalho por doença natural, mesmo por períodos de curta duração.

5. FLUXO DE ENTRADAS OU SAIDAS DE TRABALHADORES

Durante o ano de 2014 não ocorreram entradas nem saídas de profissionais dos quadros de pessoal da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

6. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

No âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho (SHST), foram realizadas todas as ações inerentes a este processo, nomeadamente os exames médicos no âmbito da medicina no trabalho e os testes de averiguação das condições do trabalho, que foi realizado pela empresa ControlSafe Lda., beneficiando deste programa de serviços todos os colaboradores do quadro de pessoal.

7. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

Os inquéritos da avaliação da satisfação dos colaboradores são realizados de dois em dois anos, pelo que foram realizados no ano de 2012 e em 2014.

O questionário utilizado para proceder à avaliação de satisfação dos colaboradores da AFPAD foi o sugerido pelos Manuais da Qualidade da Segurança Social. Este apresenta-se nos primeiros 35 itens com opção de resposta em escala tipo *lickert* (5 opções desde “Nada satisfeito” até “Totalmente satisfeito”), cujo objetivo é avaliar a satisfação dos colaboradores com a organização. A análise de conjuntos específicos de alguns itens possibilita ainda inferir o grau de satisfação dos colaboradores em oito domínios diferentes: Contexto Organizacional, Posto de Trabalho, Cooperação e Comunicação, Mudança e Inovação, Reconhecimento e Recompensa, Relações com Chefias, Política e Estratégia e Qualidade

7.1 Apresentação de Resultados

Os resultados apontam para uma média global de satisfação dos colaboradores de 3,11 (**M=3,11**), o que traduz um grau de satisfação positivo dos colaboradores.

Contudo, verifica-se uma diminuição do grau de satisfação dos colaboradores (2014) em relação à última avaliação (2012) em cerca de 17,36 %. Esta constatação é verificada essencialmente pelos resultados dos colaboradores do Lar Residencial, dado que a diminuição do grau de satisfação dos colaboradores da Sede representa 2,85 %.

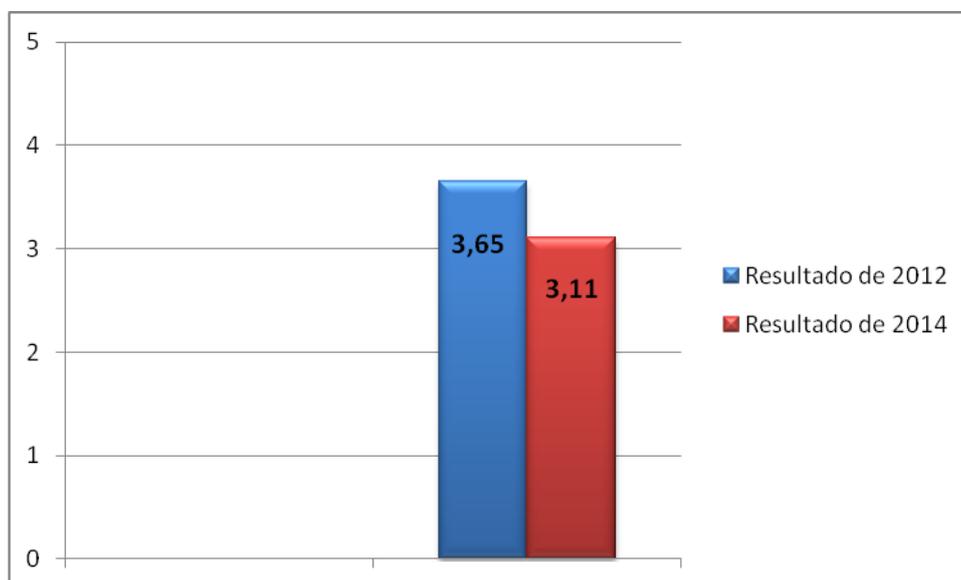


Gráfico 1 – Resultados Avaliação Satisfação dos Colaboradores

Face aos resultados apresentados conclui-se a necessidade de implementar ações e medidas que possibilitem a melhoria destes resultados.

7.2 Avaliação de Desempenho

Um dos compromissos assumidos pela direção da AFPAD, na sequência da realização da auditoria de certificação da qualidade da instituição que teve lugar nos dias 15 e 16 de Julho de 2013, foi o de “alterar o processo de avaliação de desempenho” dos colaboradores que tinha sido posto em prática no ano de 2012.

A evolução do modelo inicial levou a que se definissem os “Normativos Gerais” que passaram a presidir à avaliação de desempenho. Estes normativos gerais foram dados a conhecer a todos os colaboradores da AFPAD.

Esta evolução do modelo inicial levou também a que se definissem objetivos por categoria profissional, pretendendo-se, por esta via, chegar num futuro próximo à definição de objetivos individuais para cada colaborador.

As alterações ao modelo inicial foram aprovadas pela direção e pela equipa TREVO.

Na primeira fase do processo, todos os colaboradores receberam informação pormenorizada sobre a aplicação do modelo.

Seguiu-se a fase de autoavaliação em que todos os colaboradores se pronunciaram.

Na fase final, através de entrevistas entre avaliadores e avaliados, atingiu-se a avaliação final de cada um dos colaboradores.

Nível Classificação	2012	2014	Observações
Excelente	0	1	
Bom	11	15	
Satisfaz	10	5	
Não Satisfaz	0	0	
Não Avaliado	2	2	Baixa prolongada e pouco tempo de serviço
Outro	1	1	Não houve consenso entre avaliador e avaliado
	24	24	

Quadro 5 – Avaliação de Desempenho de 2014 - 2012

Pelos resultados apresentados no quadro pode-se observar de que houve uma melhoria significativa no desempenho dos colaboradores do ano de 2012 para o ano de 2014.

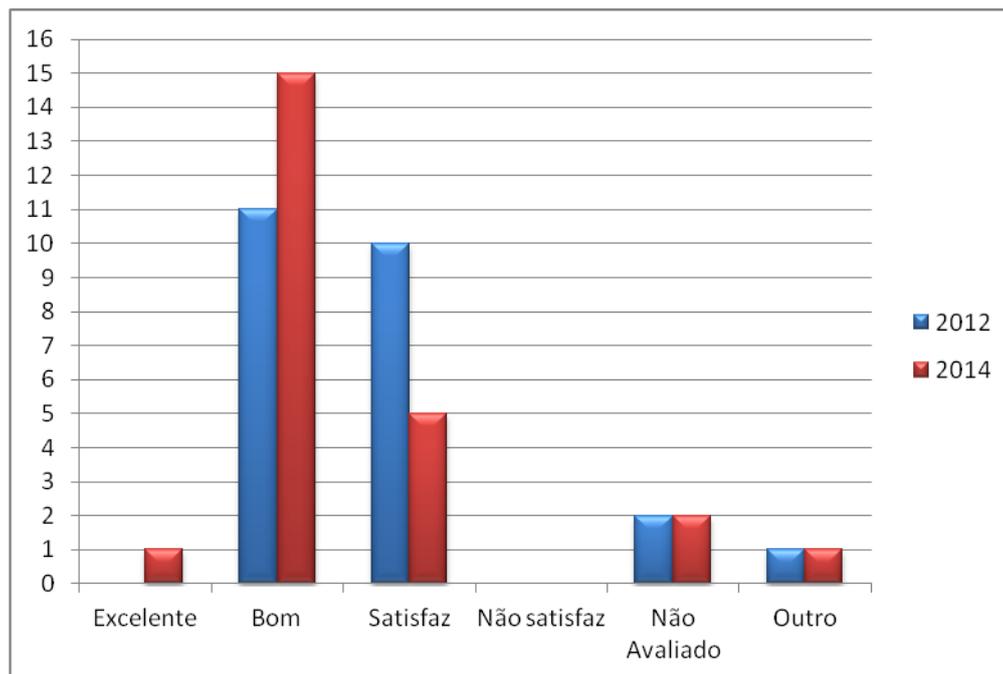


Gráfico 2 – Resultados Avaliação Desempenho 2014 -2012

Através do gráfico pode-se observar que em 2012 não foi atingido por nenhum colaborador a classificação de excelente, que só acontece em 2014 com um colaborador a atingir esse patamar.

Assim como é perceptível o aumento da classificação de “Bom”, atingida em 2014 em comparação com o ano de 2012, que se justifica pela transição da classificação de “Satisfaz” para a classificação de “Bom”.

Os resultados de Não Avaliado, representam em 2012 um colaborador que não foi avaliado por se encontrar na situação com incapacidade temporária para o trabalho por doença natural, durante todo o ano em apreciação e a outra situação deve-se ao facto de ser um colaborador com tempo insuficiente para avaliação. Em 2014 a situação mantém-se para o colaborador em situação de incapacidade para o trabalho durante todo o ano de 2014 e a outra situação refere-se a um colaborador, em que o resultado da avaliação será apresentado noutra período.

A situação de “outro” tanto em 2012 como em 2014, refere-se à não concordância entre o avaliador e o avaliado.

CAPITULO III – ATIVIDADE

1. INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA

1.1 Enquadramento

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo DL n.º281/2009, de 06 de Outubro, prevê a criação de Equipas Locais de Intervenção (ELI) através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, da Saúde, e da Educação. A AFPAD integra a ELI de Vila Nova de Famalicão, em articulação com os profissionais de Educação do Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce (Bernardino Machado) e da Saúde (CHMA e Centro de Saúde), assegurando desta forma a resposta social de Intervenção Precoce na Infância (IPI) às crianças e famílias deste concelho.

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é “...um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na família e na criança...”. “...abrange crianças entre os 0 e os 6 anos de idade com alterações nas funções estruturais do corpo, que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”.

Legislação aplicável:

Decreto-lei n.º281/2009, publicado no Diário da República, 1 Série – N.º 193 de 06 de Outubro de 2009.

1.2 Objetivos

- Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o SNIPI;
- Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requerem avaliação periódica devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidades de evolução;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o Plano Individual de Intervenção Precoce (PIIP) em função do diagnóstico da situação;
- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- Articular sempre que se justifique com as comissões de proteção de crianças e jovens e com os núcleos da ação de saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;

- Assegurar para cada criança processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins de Infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.

1.3 Serviços

- Educação de infância
- Psicologia
- Serviço Social
- Fisioterapia
- Terapia da Fala
- Pediatria
- Fisiatra
- Hidroterapia

1.4 Frequência de Crianças

O quadro seguinte apresenta o número de crianças que mensalmente usufruíram dos Serviços de Intervenção Precoce na Infância em 2012 e 2013.

Meses	2013	2014
Janeiro	68	84
Fevereiro	71	86
Março	76	87
Abril	83	87
Maió	84	88
Junho	88	88
Julho	88	86
Agosto	88	85
Setembro	78	85
Outubro	78	85
Novembro	83	85
Dezembro	83	85
Média	81	85

Quadro 6 – Frequência crianças em 2013 e 2014 IPI

1.5 Destinatários

A resposta social de Intervenção Precoce na Infância abrange as crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades

típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias.

Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social compete, nomeadamente, promover a cooperação ativa com as IPSS e instituições equiparadas, de modo a celebrar acordo de cooperação para efeitos de contratação de profissionais de serviço social, terapeutas e psicólogos para integrarem as Equipas Locais de Intervenção (ELI).

O Acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social é de 40 crianças e durante o ano de 2014 usufruíram do serviço em média 84 crianças por mês.

1.6 Crianças Sem Apoio

À data de 31 de Dezembro de 2014 esta resposta apresentava 25 crianças sem apoio.

2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

2.1 Enquadramento

O Centro de Atividades Ocupacionais é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 18/89, publicado no Diário da República, 1 Série - n.º 9 - de 11 de Janeiro de 1989.

Despacho n.º 52/SESS/90, publicado no Diário da República, 2 Série - N.º 162 - de 16 de Julho de 1990.

2.2 Objetivos

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades;
- Promover estratégias de reforço de autoestima e de autonomia pessoal e social;
- Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social das pessoas com deficiência;
- Promover o encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração socioprofissional.

2.3 Destinatários

- Pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva;
- Pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

2.4 Serviços

- Atividades socialmente úteis
- Atividades estritamente ocupacionais
- Atividades recreativas e de lazer
- Atividades de vida diária
- Atividades de hidroterapia
- Trabalhos Manuais – Ateliê têxteis

2.5 Frequência dos Clientes

O quadro seguinte apresenta o número de clientes que mensalmente frequentaram o Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2013 e 2014.

Meses	2013	2014
Janeiro	20	20
Fevereiro	20	20
Março	21	21
Abril	21	21
Maiο	21	21
Junho	21	21
Julho	21	21
Agosto	21	21
Setembro	21	21
Outubro	20	20
Novembro	20	20
Dezembro	20	20
Média	20	20

Quadro 7 – Frequência dos clientes em 2013 e 2014 - CAO

O Acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social é de 20 clientes e durante o ano de 2014 usufruíram do serviço em média 20,5 clientes por mês.

Durante o ano de 2014 registou-se apenas a entrada de um cliente e a saída de outro para o Centro de Atividades Ocupacionais.

2.6 Lista de Espera

À data de 31 de Dezembro de 2014 a resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais apresentava 13 candidatos em lista de espera.

3. LAR RESIDENCIAL

3.1 Enquadramento

O Lar Residencial é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

3.2 Objetivos

- Disponibilizar apoio residencial permanente ou temporário a jovens e adultos com deficiência;
- Garantir condições de bem-estar e qualidade de vida ajustadas às necessidades dos utentes;
- Promover estratégias de reforço da autoestima, autonomia pessoal e social dos utentes;
- Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social.

3.3 Destinatários

- Pessoas com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos;
- Pessoa com deficiência, com idades inferiores a 16 anos cuja situação sociofamiliar o aconselhe e se tenham esgotado as possibilidades de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas

3.4 Serviços

- Acolhimento prolongado
- Acolhimento temporário
- Acolhimento fins semana e férias
- Refeições
- Cuidados de higiene
- Atividades diversificadas

3.5 Frequência dos Clientes

No quadro seguinte, é apresentado o número dos clientes que frequentaram esta resposta social durante ano de 2013 e 2014.

Meses	2013	2014
Janeiro	12	12
Fevereiro	12	12
Março	12	12
Abril	12	12
Maió	12	12
Junho	12	12
Julho	12	12
Agosto	12	12
Setembro	12	12
Outubro	12	12
Novembro	12	12
Dezembro	12	12
Média	12	12

Quadro 8 – Frequência dos clientes em 2013 e 2014 - LAR

O Acordo com o Instituto da Segurança Social contempla 12 clientes e a frequência durante o ano de 2014 foi de 12 clientes.

Durante o ano de 2014, não existiram entradas nem saídas de clientes no Lar Residencial.

3.6 Lista de Espera

A resposta social de Lar Residencial à data de 31 de Dezembro de 2014 apresentava 14 candidatos em lista de espera.

4. SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES

4.1 Gabinete Social de Terapias

Atendendo a todo o historial da associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência neste domínio e tendo em conta o “know – how” adquirido, torna-se assim possível a instalação do “Serviços e Terapias Complementares” aberto a todos aqueles que precisam de recorrer a estes serviços.

O gabinete Social de Terapias terá as especialidades de Psicologia, Fisioterapia, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional, Serviços de Transportes e Refeições.

Trata-se de sessões individualizadas em todas as especialidades, apostando-se, por esta via, na personalização e na conseqüente qualidade do serviço aos clientes.

A equipa técnica é uma equipa pluridisciplinar que garante um trabalho participado e integrado, com todas as consequências positivas que esta situação pode trazer para a qualidade de vida das pessoas.

Estes serviços destinam-se a crianças e jovens portadores de deficiência e incapacidades, e que não se enquadram nos objetivos das outras respostas sociais, para o qual não existe acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Este serviço tem o objetivo de responder às necessidades de pais e encarregados de educação de crianças e jovens com necessidade de algum dos serviços, nas modalidades indicadas:

No quadro seguinte é apresentado o número de clientes que usufruíram deste serviço no ano de 2014.

Serviços Prestados	Número de clientes
Terapia da Fala	4
Serviços de Psicologia	0
Serviços de Transporte	0
Serviços de Refeições	0
Total	4

Quadro 9 – Frequência dos clientes do Gabinete Social de Terapias

4.2 Centro de Estimulação de Alzheimer

O Centro de Estimulação de Alzheimer/Doenças Neurodegenerativas foi criado no ano de 2014.

4.2.1 Destinatários

Pessoas com doenças neurodegenerativas, nomeadamente Doença de Alzheimer, Demências, Parkinson...

4.2.2 Objetivos

- Retardar a evolução da doença (reabilitação/estimulação cognitiva);
- Integração social e cultural das pessoas com demência;
- Evitar uma institucionalização precoce;
- Melhorar e manter as competências pessoais;
- Contribuir para uma melhor qualidade de vida;
- Proporcionar momentos de descanso familiar;
- Prevenir e combater o processo natural do envelhecimento;

4.2.3 Serviços

- Arte terapia / Trabalhos Manuais,
- Atividade Física;
- Musicoterapia;
- Reabilitação Cognitiva;
- Relaxamento Terapêutico

Durante o ano usufruíram deste serviço seis pessoas.

5. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) obteve o certificado da qualidade dos seus serviços, nas respostas sociais de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial com validade de 07 de Setembro de 2013 a 07 de Setembro de 2015.

A renovação deste certificado vai acontecer no ano de 2015.

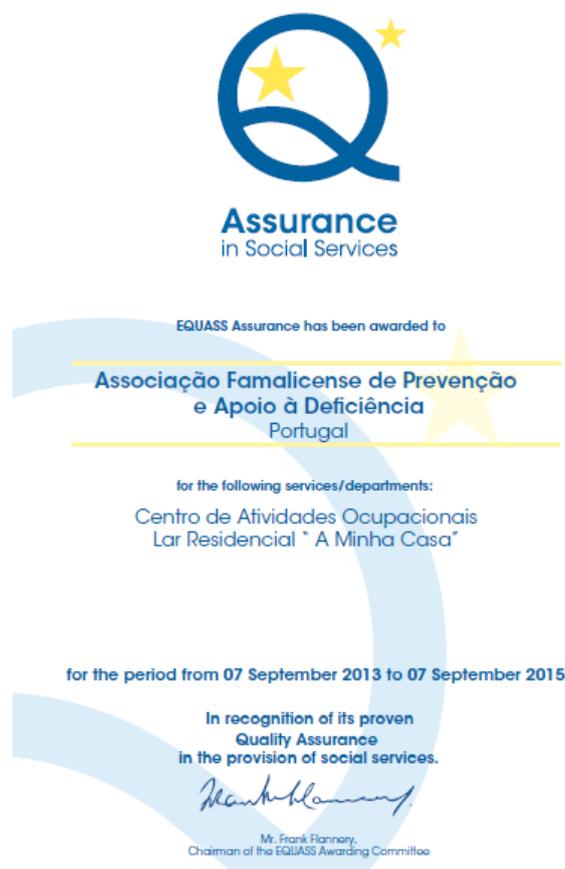


Fig. 2 – Certificado da Qualidade

6. AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

Os inquéritos da avaliação da satisfação dos clientes são realizados de dois em dois anos e foram, pelo que forma realizados no ano de 2012 e em 2014 onde se apresentam os resultados.

O questionário utilizado para proceder à avaliação de satisfação dos clientes da AFPAD foi o sugerido pelos Manuais da Qualidade da Segurança Social. Este apresenta-se nos primeiros 47 itens com opção de resposta em escala tipo *lickert* (5 opções desde “Nada satisfeito” até “Totalmente satisfeito”). A análise de conjuntos específicos de itens possibilita ainda inferir o grau de satisfação dos clientes em cinco domínios diferentes: Fatores Tangíveis; Fiabilidade; Capacidade de Resposta; Confiança e segurança; Empatia. Por Fatores Tangíveis, entendem-se a apresentação/aspecto das instalações e condições físicas. A Fiabilidade tem a ver com o conhecimento e importância das atividades. O domínio Capacidade de Resposta está relacionado com a adequação dos serviços às necessidades dos clientes. O domínio Confiança e Segurança têm a ver com procedimentos e segurança. O domínio Empatia está relacionado com a disponibilidade e apoio dos colaboradores para atender a questões dúvidas e sugestões dos clientes.

6.1. Apresentação dos Resultados

Os resultados apontam para uma média global de satisfação de 4,40 (**M=4,40**) o que traduz um grau de satisfação muito positivo dos clientes da AFPAD.

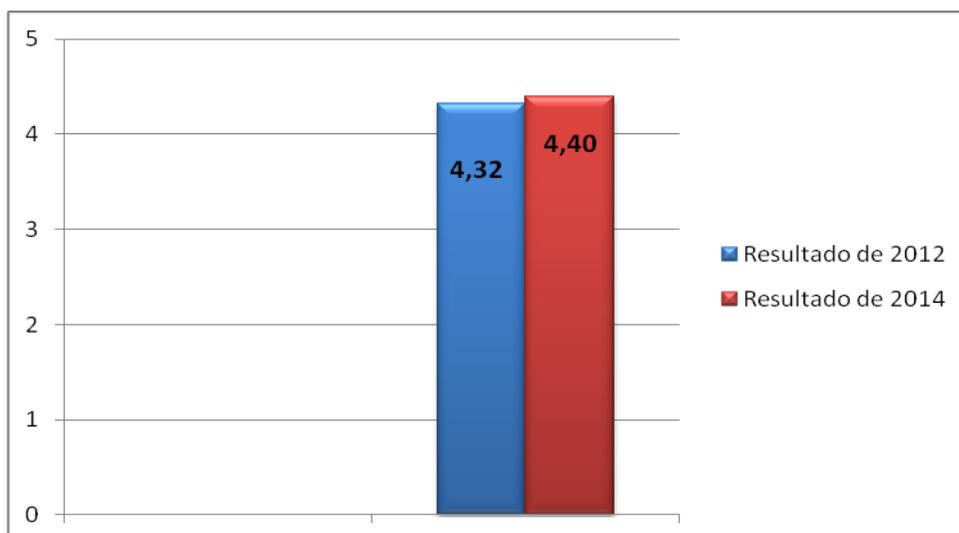


Gráfico 3 – Resultados Avaliação de Satisfação dos Clientes

Como se pode observar pelos resultados obtidos e apresentados no gráfico, conclui-se que a satisfação dos clientes revela níveis de satisfação estáveis em comparação com os dois anos.

7. AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS PARCEIROS

7.1 Introdução

Este documento visa divulgar os resultados de avaliação do grau de satisfação dos parceiros institucionais da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD).

O questionário de avaliação de satisfação dos parceiros foi enviado por via eletrónica (e-mail) a 29 parceiros, no dia 15 de Setembro de 2014. As respostas foram recebidas pela mesma via até ao dia 5 de Novembro de 2014 pelo coordenador da qualidade. Dos 29 questionários enviados, responderam 23, o que corresponde uma taxa de participação de 79,31%. Comparando estes dados com os da avaliação anterior (2012), verificou-se um aumento de 24,31% do número de participantes que responderam ao referido questionário.

7.2 Metodologia

Foi utilizado o questionário de avaliação do grau de satisfação dos parceiros, baseado no modelo proposto pelo Instituto da Segurança Social.

O questionário é composto por 18 questões, sendo que as 13 primeiras perguntas encontram-se associadas a 4 variáveis:

- Avaliação da Relação Institucional – Formalidades (Q1; Q2; Q3; Q4; Q5; Q6 e Q9)
- Avaliação da Relação Institucional – Contactos (Q7 e Q8)
- Utilidade (Q10 e Q11)
- Responsabilidade (Q12 e Q13)

Para além destas questões, inclui-se uma questão de satisfação geral que corresponde à questão (Q14).

7.3 Apresentação dos Resultados

Tendo em conta as diferentes variáveis que a escala avalia, é possível constatar uma maior satisfação dos parceiros com as variáveis **Utilidade** (Q10 e Q11) e **Responsabilidade** (Q12 e Q13), como se pode concluir do gráfico abaixo apresentado.

A análise individual por item vai de encontro aos resultados apresentados por variáveis, em que se verificou que os mais pontuados foram as variáveis da **Utilidade** (4,84) e da **Responsabilidade** (4,91), sendo desta forma importante referir que a AFPAD é vista pelos seus parceiros como uma instituição responsável no cumprimento dos seus compromissos, responsabilidades e respeitada pela Comunidade, a quem presta um bom serviço.



Gráfico 4 – Média dos Resultados por Variáveis

Nestas variáveis revela-se importante estabelecer normas e regras de contato mais regulares com os parceiros da AFPAD, com o objetivo de avaliar o grau de concretização dos objetivos e realizar a sua comunicação, assim como estabelecer um contato mais formal (por escrito). Estas ações contribuirão para colmatar lacunas existentes ao nível da comunicação com os Parceiros, assim como para melhorar os níveis de satisfação relacionados com a variável das *Relações Institucionais – Formalidades e Contatos*.

7.4 Conclusões

Da análise e observação dos resultados apresentados (2014), constata-se que houve um aumento de 24,31 % dos participantes na entrega de questionários por parte dos parceiros em relação ao último inquérito apresentado aos mesmos (2012).

Na média por variáveis face aos resultados apresentados, foi possível verificar que as relações institucionais – formalidade e relação institucional – contactos, obtiveram médias de satisfação inferiores em relação às outras variáveis.

De um modo geral houve uma evolução positiva de 2012 para 2014 em todas as variáveis, como se pode verificar no gráfico abaixo apresentado:

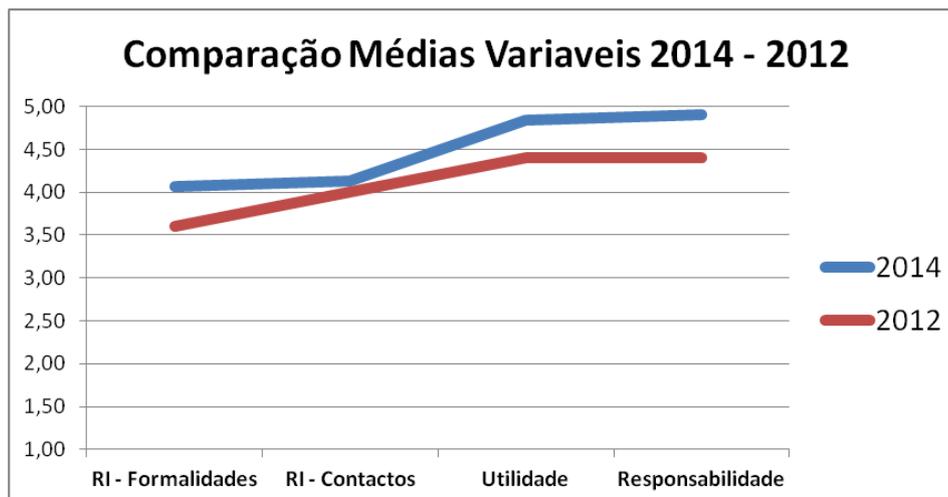


Gráfico 5 – Comparação (2014 – 2012) Relação Institucional de Variáveis

Relativamente aos resultados da média por questão foi verificado um bom nível de satisfação dos parceiros, com uma média global de 4,44 ($M=4,44$) e um desvio padrão de 1,00; ($DP=1,00$), o que traduz também uma melhoria de 2014, quando comparado com o ano de 2012.

Embora se tenha verificado um bom nível de satisfação dos parceiros da AFPAD de uma forma global, há aspetos que devem ser melhorados através da revisão da política de parcerias da AFPAD, nomeadamente, aprofundar as parcerias, relações formais (reuniões) e divulgação de informação das atividades.

8. TRATAMENTO DAS RECLAMAÇÕES

No quadro seguinte é apresentado o tratamento das reclamações que aconteceram durante o ano de 2014, quer na sede quer no Lar Residencial “A Minha Casa”.

Resposta Social	N.º	Áreas				Tratamento
		Infraestruturas e Equipamentos	Atividades	Alimentação	Outras	
C.A.O.	1	X				N R
LAR	1			X		R
LAR	4			X		N R
LAR	1				X	N R
LAR	3				X	R
TOTAL	10	1		5	4	

Quadro 10 – Tratamento das Reclamações

Nota: (R) – Resolvido – **(N R)** – Não Resolvido

No gráfico abaixo apresentado podemos verificar o número de reclamações das respostas sociais de CAO e de Lar Residencial, relativamente aos anos de 2012 e 2014.

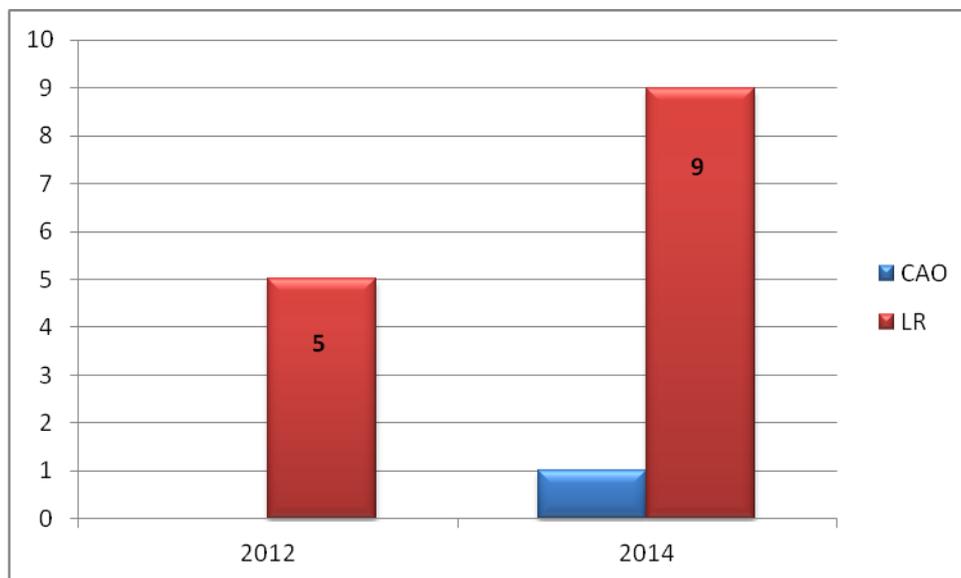


Gráfico 6 – Comparação (2014 – 2012) Reclamações

9. TRATAMENTO DAS SUGESTÕES

No quadro seguinte é apresentado o tratamento das sugestões que aconteceram durante o ano de 2014, quer na sede quer no Lar Residencial “A Minha Casa”.

Resposta Social	N.º	Áreas				Tratamento
		Infraestruturas e Equipamentos	Atividades	Alimentação	Outras	
LAR	3	X				R
LAR	1		X			R
LAR	3			X		R
LAR	1			X		N R
LAR	5				X	R
LAR	1			X		N R
CAO	1				X	N R
TOTAL	19	5	3	6	5	

Quadro 11 – Tratamento das Sugestões

Nota: (R) – Resolvido – **(N R)** – Não Resolvido

No gráfico abaixo apresentado podemos verificar o número de sugestões das respostas sociais de CAO e de Lar Residencial, relativamente aos anos de 2012 e 2014.

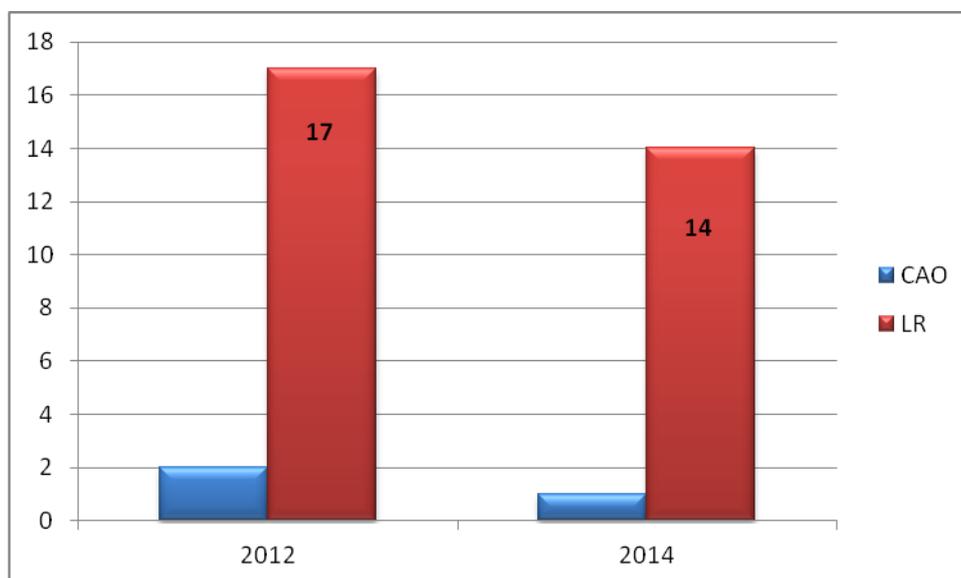


Gráfico 7 – Comparação (2014 – 2012) Sugestões

Durante o ano de 2014 para além das sugestões foram apresentadas quatro opiniões.

10. AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS

A AFPAD atua em parceria com entidades públicas e privadas, e entidades financiadoras, com o objetivo de assegurar uma prestação de serviços cada vez mais eficaz.

As Parcerias são uma necessidade pois a AFPAD não conseguiria os meios financeiros e humanos para concretizar algumas das atividades que proporciona aos seus clientes.

As parcerias na prestação de serviços devem contribuir para um maior valor acrescentado em termos de resultados e impactos da prestação dos serviços.

10.1 Resultados de Avaliação

	2013	2013	2014	2014
Atingidos	24	61,54 %	25	73,52%
Atingidos Parcialmente	6	15,38 %	3	8,82 %
Não Atingidos	9	23,08 %	6	17,64 %
Total	39	100 %	34	100 %

Quadro 12 – Avaliação das Parcerias

11. AMBIENTE

Em termos de desempenho ambiental, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem vindo progressivamente a contribuir e a promover a defesa do meio ambiente.

Para o efeito tem em curso a implementação de algumas medidas, quer na sede quer no Lar Residencial.

No Lar Residencial contínua em curso a operação tampinhas que consiste na recolha de tampinhas plásticas a serem enviadas à empresa Lipor para a reciclagem em troca de material e ajudas técnicas para os clientes.

No ano de 2014 foram entregues à empresa Lipor a quantidade de 830 Kg de tampinhas, que beneficiou uma cliente do Lar que apresentou uma candidatura e foi contemplada com uma cadeira de rodas adaptada.

Assim, como também tem implementado o projeto de reciclagem que consiste na separação de resíduos, papel, vidro, pilhas e plástico que são depositados em recipientes próprios para o efeito. Devido à significativa utilização de medicamentos por parte dos clientes, também está implementado o sistema de recolha de medicamentos fora de uso e de embalagens vazias que são depositados em contentor próprio que posteriormente são entregues na Farmácia de Vermoim.

Ainda no âmbito do ambiente o Lar Residencial efetua a compostagem doméstica que consiste na separação dos resíduos domésticos orgânicos que promove a decomposição destes resíduos que são utilizados como fertilizantes no quintal do Lar Residencial.

Na sede é efetuada a separação das matérias-primas inutilizáveis (Cartão, papel, vidro, plástico, pilhas, metais, madeira, tinteiros, etc.), onde as deposita nos respetivos ecopontos, tendo obtido um certificado de autorização para a deposição de resíduos em ecocentro, passado pela Associação de Município do Vale do Ave.

A AFPAD aderiu à campanha “O Amarelo Por Um Sorriso” que consistiu na separação e armazenamento de todo o tipo de material a colocar no contentor Amarelo do Ecoponto. Esta Campanha iniciou em Fevereiro de 2014 e terminou em Novembro de 2014.

A AFPAD efetuou a entrega de 1559 Kg de material a colocar no ecoponto amarelo.

A AFPAD aderiu á “Campanha de sensibilização e educação para a eficiência energética dirigida a pessoas com deficiência e incapacidades”

Esta campanha teve início em maio de 2014 e termina em Setembro de 2015.

12. PUBLICAÇÕES NOS JORNAIS LOCAIS

Ao longo do ano de 2014 foram publicadas notícias nos jornais da localidade as seguintes notícias:

- Fevereiro** 1 - AFPAD entra na Campanha “ O amarelo por um sorriso”
- Abril** 2 - AFPAD aprova contas de 2013 - Sustentabilidade é a palavra de ordem
3 - Dia da Porta Aberta “em 29 de Abril” – AFPAD mostra-se à Comunidade
4 - AFPAD na “Feira de Artesanato” do “Jumbo”
- Mai** 5 - Protocolo com a Associação Portuguesa de Alzheimer – Centro de estimulação da AFPAD já funciona
6 – Em colaboração com a Iberdola e o Centro Reabilitação Profissional de G aia a AFPAD entra em projeto para a Eficiência Energética
- Junho** 7 – AFPAD e PASEC promovem “Segundos Jogos da Diferença” – Uma centena de Jovens em Projeto de Inclusão
8 – Com o projeto “Um sorriso para o Alzheimer” – AFPAD vence concurso do Jumbo de Famalicão
- Outubro** 9 – Campanha “O Amarelo por um sorriso” – AFPAD já recolheu mais de uma tonelada de plásticos
- Novembro** 10 – AFPAD aprova plano e orçamento – 2015 – Um Bom Ano?
- Dezembro** 11- Festa de Amizade na AFPAD – Transcom trouxe o Pai Natal
12 – No dia Internacional das Pessoas com deficiência – AFPAD e PSP assinam protocolo

CAPITULO IV- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. BASES PARA APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, 1ª Série N.º 48 de 9 de Março de 2011 que aprova o regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL). Esta norma criada pelo referido Decreto-Lei insere-se na aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que sucede ao Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A Normalização Contabilística para as ESNL corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam a título principal uma atividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro.

As entidades sujeitas à normalização contabilística para as ESNL apresentam as seguintes demonstrações financeiras:

Balanço;

Demonstração dos resultados por naturezas ou por funções;

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte do órgão de gestão dos recursos a ele confiados.

1.1 Características das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade. A apresentação apropriada exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento estabelecidos pela Norma Contabilística de Relato Financeiro das Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Uma apresentação apropriada exige que uma entidade:

Selecione e adote políticas contabilísticas de acordo com a NCRF-ESNL;

Apresente informação, incluindo políticas contabilísticas, de uma forma que proporcione informação relevante, fiável, comparável e compreensível;

Proporcione divulgações adicionais quando o cumprimento dos requisitos específicos contidos na NCRF-ESNL possa ser insuficiente para permitir a sua compreensão pelos interessados.

1.2 Continuidade

Aquando da preparação de demonstrações financeiras, o órgão de gestão deve fazer uma avaliação da capacidade da entidade prosseguir como em entidade em continuidade. As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da entidade em continuidade, a menos que existam circunstâncias anormais em que se deva considerar um horizonte temporal para a entidade, caso em que no anexo se indica tal facto, assim como os critérios utilizados na elaboração da informação financeira.

No entanto, nas ESNL, este princípio não corresponde a um conceito económico ou financeiro puro, mas antes a manutenção da atividade de prestação de serviços da entidade cumprir os fins propostos.

Ao avaliar se o pressuposto da entidade em continuidade é apropriado, o órgão de gestão tomar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir da data do balanço.

O órgão de gestão deve divulgar as incertezas materiais relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade em prosseguir em continuidade.

1.3 Regime de Acréscimo (periodização económica)

Uma entidade deve preparar as suas demonstrações financeiras, exceto para informação de fluxos de caixa, utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

Ao ser usado o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos (os elementos das demonstrações financeiras) quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos.

1.4 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras deve ser mantida de um período para outro, a menos que seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou uma revisão das respetivas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação seria mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL.

Uma entidade altera a apresentação das suas demonstrações financeiras apenas se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras e se for provável que a estrutura revista continue, de modo que a

comparabilidade não seja prejudicada. Ao efetuar tais alterações na apresentação, uma entidade reclassifica a sua informação comparativa.

1.5 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens semelhantes deve ser apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante devem ser apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Consideram-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que a rodeiam.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de fluxos de caixa ou anexo.

1.6 Informação Comparativa

Regra geral, a informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva, quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

A Tabela seguinte apresenta os gastos e os rendimentos e respetivos resultados no período de 2014 e 2013.

Demonstração dos Resultados por Naturezas				
Rendimentos e Gastos	2014	2013	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	78.957,20 €	68.914,85 €	14,57 %	+ 10.042,35 €
Subsídios, doações legados á exploração	310.410,78 €	361.259,24 €	- 16,38 %	- 50.848,46 €
Variação nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Trabalho para a própria entidade	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	- 29.529,80 €	- 23.714,25 €	24,52 %	- 5.815,55 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 53.896,34 €	- 66.179,04 €	- 22,78 %	- 12.282,70 €
Gastos com Pessoal	- 308.819,12 €	- 315.384,59 €	- 2,12 %	- 6.565,47 €
Ajustamentos de Inventário	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Imparidades de dívidas a receber	0,00 €	- 549,63 €		- 549,63 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Provisões Específicas	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outras Imparidades	0,00 €	- 260,76 €		- 260,76 €
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros Rendimentos e Ganhos	15.393,62 €	17.414,71 €	- 13,12 %	- 2.021,09 €
Outros Gastos e Perdas	- 745,11 €	- 395,00 €	88,63 %	+ 350,11 €
Resultado antes de Depreciações	11.771,23 €	41.105,53 €	- 249,20 %	- 29.334,10 €
Gastos/Reversões de Depreciação	- 6.892,12 €	- 6.479,60 €	6,36 %	412,52 €
Resultado Operacional	4.879,11 €	34.625,93 €	609,67 %	- 29.746,82 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	242,29 €	78,97 €	206,81 %	+ 163,32 €
Juros e Gastos Similares Suportados	- 1.157,49 €	- 1.451,77 €	- 25,43 %	- 294,28 €
Resultado Antes de impostos	3.963,91 €	33.253,13 €	- 739,04 %	- 29.289,22 €
Imposto sobre Rendimento do Período	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Resultado Líquido do Período	3.963,91 €	33.253,13 €	- 739,04 %	- 29.289,22 €

Tabela 1 – Demonstração dos resultados por natureza

A rubrica das vendas e serviços prestados resulta das vendas de produtos artesanais e das participações efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais, do Lar Residencial, dos Serviços e Terapias Complementares e das cotas de associados. Esta rubrica apresenta um aumento de 14,57% em relação ao ano anterior e representa 19,49 % do total dos rendimentos.

Desagregando as duas contas as vendas aumentaram 2,69% (962,85 € para 988,80 €). As comparticipações de clientes aumentaram em cerca de 15,34% (66.337,00 € para 76.514,40 €) e o valor das cotas recebidas diminuíram 11,07% (1.615,00 € para 1.454,00 €). O aumento da comparticipação de clientes, deve-se ao facto da introdução do serviço do centro estimulação de alzheimer/doenças neurodegenerativas da rubrica dos serviços e terapias complementares.

Do valor total dos rendimentos, as vendas representam 0,2%, as comparticipações de clientes 18,89% e as cotas de associados 0,3%.

A rubrica de subsídios, doações legados à exploração representam as transferências efetuadas pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social de Braga para cada resposta social e do IEPF. Esta rubrica apresenta uma diminuição de 16,38 % em relação ao ano anterior e que se deve ao facto de não ter sido atribuído qualquer subsídio por parte da Camara Municipal de Famalicão e do Fundo de Socorro Social, como aconteceu no ano anterior. O valor recebido do IEPF refere-se a acerto de contas, na importância de 162,78 €, valor sem significado nesta rubrica.

Esta rubrica representa cerca de 76,64 % do total dos rendimentos.

A rubrica de custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas referem-se aos produtos e géneros alimentares consumidos no Centro de Atividades Ocupacionais e no Lar Residencial e apresenta um aumento de 24,52% em relação ao ano anterior e representa cerca de 7,36 % do total dos gastos.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos, que engloba os consumos de água, energia, eletricidade, combustíveis, gás, material de escritório, comunicações móveis e fixas, reparações e conservação, rendas e alugueres, honorários, serviços especializados, seguros, e outros fornecimentos apresenta uma diminuição de 22,78% em relação ao ano anterior e representa 13,43 % dos gastos totais. Esta diminuição, justifica-se principalmente pelo facto de em 2014 não se ter pago os serviços especializados em consultoria do sistema de gestão da qualidade.

A rubrica de gastos com o pessoal apresenta uma ligeira diminuição em cerca de 2,12 % em relação ao ano transato e representa 77,00 % dos gastos totais.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta uma diminuição de 13,12 % em relação ao ano anterior e representa 3,80 % dos rendimentos totais.

Esta conta engloba o valor de 10.411,70 € de donativos monetários, 3.350,55 € da consignação de 0,5% de IRS, e o valor de 1.303,01 € de outros rendimentos suplementares (Rifas, Tombola, etc.).

De acordo com a demonstração dos resultados por naturezas o resultado líquido apurado no ano de 2014 corresponde a um resultado líquido positivo no valor de **3.963,91 €**.

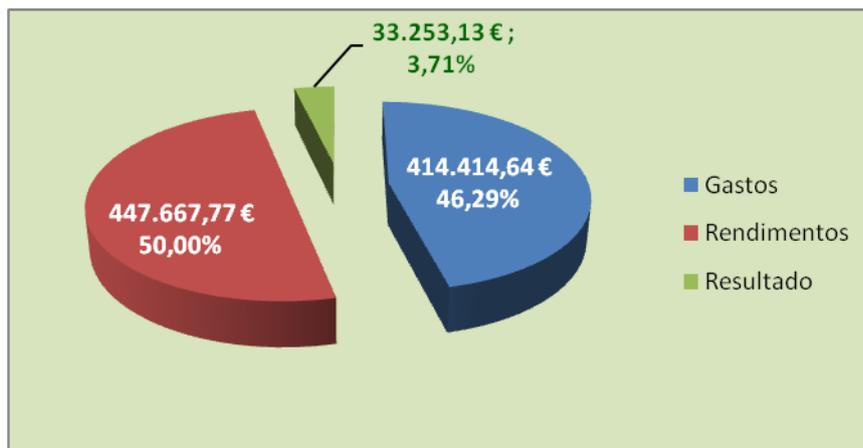


Fig. 3 – Resultado Líquido 2013

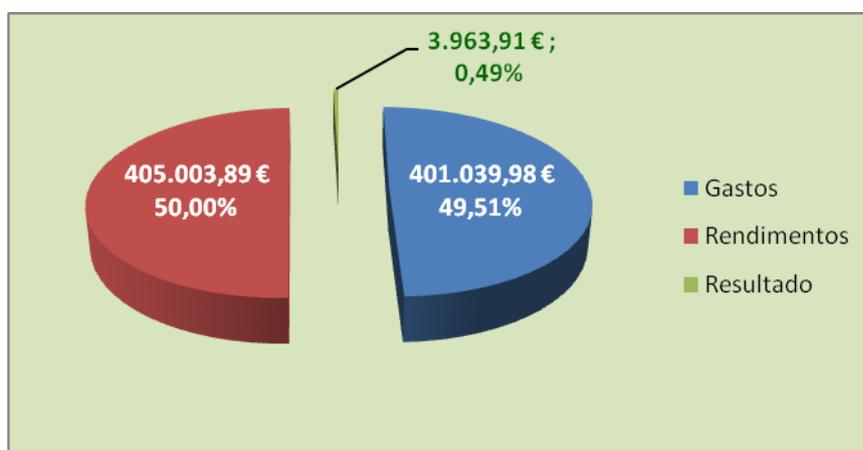


Fig. 4 – Resultado Líquido 2014

No quadro seguinte é apresentada as variações em, percentagens das rubricas de rendimentos e gastos relativamente aos anos de 2014 e 2013 e a respetiva percentagem que cada conta de rendimentos e gastos representam do total dos rendimentos e gastos de acordo com a natureza de cada rúbrica.

Rendimentos e Gastos	Varição 2014	Varição 2013	Representação Total 2014	Representação Total 2013
Vendas e Serviços Prestados	14,57 %	4,79 %	19,49 %	15,39 %
Subsídios, doações legados á exploração	- 16,38 %	14,79 %	76,64 %	80,60 %
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	24,52 %	14,31 %	7,36 %	5,72 %
Fornecimentos e Serviços Externos	- 22,78 %	2,79 %	13,43 %	15,96 %
Gastos com Pessoal	- 2,12 %	0,88 %	77,00 %	76,10 %
Outros Rendimentos e Ganhos	- 13,12 %	35,50 %	3,80 %	3,89 %

Quadro 13 - Rendimentos e Gastos

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Na tabela seguinte apresentamos a demonstração dos fluxos de caixa à data do período findo em 31 de Dezembro do ano de 2014 e 2013

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		73.936,13 €	64.892,50 €
Pagamentos de Bolsas		0,00 €	- 1.073,90 €
Pagamento de Fornecedores		- 55.023,48 €	- 69.086,68 €
Pagamentos ao Pessoal		- 204.857,39 €	- 220.927,29 €
Caixa gerada pelas operações		- 185.944,74 €	- 226.195,37 €
Outros Recebimentos / Pagamento	15	194.060,14 €	209.140,50 €
Fluxo caixa das atividades operacionais (1)		8.115,40 €	- 17.054,87 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	- 2.185,50 €
Juros e rendimentos similares		250,02 €	60,25 €
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		250,02 €	- 2.125,25 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos	8	0,00 €	50.000,00 €
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		- 11.568,34 €	- 24.212,02 €
Juros e Gastos Similares		- 1.157,49 €	- 1.622,31 €
Fluxo de Caixa da Atividades de Financiamento (3)		- 12.725,83 €	24.165,67 €
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		- 4.360,41 €	4.985,55 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		31.140,81 €	26.155,26 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.2	26.780,40 €	31.140,81 €

Tabela 2 – Demonstração dos fluxos de caixa

3. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Valores em euros

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31 DEZ 2014	31 DEZ 2013
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	5	85.180,07 €	88.459,77 €
Bens do Património Histórico e Cultural			
Propriedades de Investimento			
Ativos Intangíveis	6	0,00 €	122,31 €
Investimentos Financeiros			
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
		85.180,07 €	88.582,08 €
Ativo Corrente			
Inventários	9	396,27 €	329,69 €
Clientes		6.435,27 €	3.687,00 €
Adiamentos a Fornecedores			
Estado e Outros Entes Públicos			
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		242,00 €	
Outras Contas a Receber	14.4	5.681,23 €	5.408,71 €
Diferimentos		544,60 €	82,00 €
Outros Ativos Financeiros			
Caixa e Depósitos Bancários	14.2	26.780,40 €	31.140,81 €
		40.079,77 €	40.648,21 €
Total do Ativo		125.259,84 €	129.230,29 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		80.013,98 €	80.013,98 €
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados		-35.843,48 €	-69.096,61 €
Excedentes de Revalorização			
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais			
		44.170,50 €	10.917,37 €
Resultado Líquido do Período		3.963,91 €	33.253,13 €
Total do Fundo de Capital		48.134,41 €	44.170,50 €
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões			
Provisões Específicas			
Financiamentos Obtidos			
Outras Contas a Pagar			
		0,00 €	0,00 €
Passivo Corrente			
Fornecedores		8.114,30 €	5.890,18 €
Adiantamentos de Clientes			
Estado e outros Entes Públicos	14.3	7.851,18 €	7.511,26 €
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros			
Financiamentos Obtidos	8	14.219,64 €	25.787,98 €
Diferimentos			
Outras Contas a Pagar	14.4	46.940,31 €	45.870,37 €
Outros Passivos Financeiros			
		77.125,43 €	85.059,79 €
Total do Passivo		77.125,43 €	85.059,79 €
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		125.259,84 €	124.185,10 €

Tabela 3 – Balanço 2014

A análise do balanço está reportada no anexo, nos pontos 16.1; 16.2 e 16.3 (Rácios)

4. ANEXO

Nos termos da Portaria nº 105/2011, publicado no Diário da República, I Série – N.º 51 de 14 de Março de 2011, as divulgações a efetuar pelas ESNL correspondem às publicadas no do anexo n.º 10 da portaria nº 986/2009, publicado no Diário da República, 1 Série N.º 173, de 07 de Setembro de 2009, com as alterações introduzidas por aquela portaria.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 Designação da Entidade:

Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD).

1.2 Sede:

RUA ANTÓNIO SÉRGIO, 103
4760-298 VILA NOVA DE FAMALICÃO

1.3 Natureza da Atividade:

Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento. – CAE 87302

1.4 Registo

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), constituída em 27 de Janeiro de 1993, com registo definitivo de alteração de estatutos lavrado pelo averbamento n.º 6, à inscrição n.º 35/95, a fls.46 e 46 Verso do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efetuado as últimas alterações estatutárias em 30 de Julho de 2012, regendo-se pela legislação legal aplicável e pelos seus Estatutos publicados no portal da justiça em 10 de Agosto de 2012.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência é uma Associação com um número ilimitado de Associados, e de duração por tempo indeterminado.

O seu âmbito de ação abrange preferencialmente as freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão, a sua ação exerce-se além da sede podendo pontualmente alargar o seu âmbito de ação a outras regiões.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial Contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Instituições do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, publicado no Diário da República, I Série N.º 48 de 9 de Março de 2011, que

integra o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

O Anexo II, (a que se refere o n.º 2 do artigo 1º), determina que a base para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF) é composto pelos seguintes instrumentos:

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de Março de 2011, devendo o respetivo Anexo corresponder ao Anexo nº 10 da Portaria nº 986/2009, publicado no Diário da República, I Série N.º 173 de 7 de Setembro de 2009, com as alterações introduzidas por aquela Portaria;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, publicado no Diário da República I Série N.º 51 de 14 de Março de 2011;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, publicado no Diário da República N.º 51 de 14 de Março de 2011; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência na elaboração das Demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas, a partir dos registos contabilísticos da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Instituições do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a AFPAD continuará a operar no futuro, prevendo-se a manutenção da atividade de prestação de serviços e a capacidade de cumprir com os fins propostos, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam ou dizem respeito, de acordo com o regime de acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Outras contas a receber e a pagar – devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza das operações que, nesse caso, serão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.4 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, dos rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

As Demonstrações Financeiras de 2014 permitem a comparação de todas as quantias relatadas com respeito ao período anterior (2013).

3.2 Outras Políticas Contabilísticas

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos subsequentes que a AFPAD tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes em duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas

constantes e em conformidade com as percentagens divulgadas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro de acordo com o código e divisão do elemento do ativo depreciable ou amortizável.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes em duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada natureza desses ativos.

3.2.3 Inventários (Existências)

Os inventários (Existências) encontram-se registados ao custo de aquisição, à data de 31 de Dezembro de 2014. A mensuração das existências finais é apurada no final do período com base na contagem física dos bens, utilizando-se a fórmula do apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas.

$CMVMC = \text{Existência Inicial} + \text{Compras} +/- \text{Regularizações} - \text{Existência Final}$

3.3 Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras relativas ao ano de 2014 foram elaboradas no pressuposto da continuidade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência e de duração por tempo indeterminado, pelo que se prevê a sua continuidade no curto prazo ou futuro próximo.

3.4 Principais Fontes de Incertezas das Estimativas

Não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados, salvaguardando a possibilidade de acontecimentos extraordinários e totalmente alheios à vontade da AFPAD.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E

ERROS:

Na apresentação das demonstrações financeiras respeitantes ao ano de 2014, não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, pelo que não se procedeu à divulgação de qualquer ajustamento relacionado com o período corrente (2014) e/ou o período anterior (2013).

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta e os métodos de depreciação encontram-se referidos no anterior ponto 3.2.1.

As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas; a quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada; e a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, à data de 31 de Dezembro de 2014 encontram-se no quadro seguinte.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Líq.
Terreno	1997	10.599,46 €				10.599,46 €
Edifícios	1997	31.798,36 €	02,00 %	635,97 €	8.903,58 €	22.894,78 €
Edifícios	2001	147.632,79 €	02,00 %	2.952,65 €	103.342,94 €	44.289,85 €
Edifícios	2001	16.776,24 €		0,00 €	16.776,24 €	0,00 €
Edifícios	2001	26.475,29 €		0,00 €	26.475,29 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2008	886,67 €	16,66 %	98,19 €	886,67 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	799,19 €	16,66 %	66,63 €	799,19 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2009	402,57 €	20,00 %	80,53 €	402,57 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2010	1.440,12 €	20,00 %	288,01 €	1.266,46 €	173,66 €
Equipamento Administrativo	2011	263,99 €	20,00 %	52,80 €	206,80 €	57,19 €
Equipamento Administrativo	Vários	42.986,30 €		0,00 €	42.986,30 €	0,00 €
Equipamento Administrativo	2014	785,00 €	16,66 %	87,22 €	87,22 €	697,78 €
Equipamento Básico	2009	11.386,29 €	16,66 %	1.897,71 €	9.678,33 €	1.707,96 €
Equipamento Básico	Vários	28.512,67 €		0,00 €	28.512,67 €	0,00 €
Equipamento Básico	2013	1.660,50 €	16,66 %	276,75 €	322,87 €	1.337,63 €
Equipamento Básico	2013	1.050,00 €		175,00 €	175,00 €	875,00 €
Equipamento Básico	Vários	3.144,72 €		0,00 €	3.144,72 €	0,00 €
Equipamento Transporte	1997	55.366,57 €		0,00 €	55.366,57 €	0,00 €
Equipamento Transporte	2014	1.250,00 €	25,00 %	26,05 €	26,05 €	1.223,95 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	535,05 €	12,50 %	55,70 €	55,70 €	479,35 €
Outros Ativo Fixos Tangíveis	2014	920,06 €	10,00 %	76,60 €	76,60 €	843,46 €
TOTAIS		384.671,84 €		6.769,81 €	299.491,77 €	85.180,07 €

Tabela 4 – Ativos fixos tangíveis

6. ATIVOS INTAGIVEIS

Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta e os métodos de amortização encontram-se referidos no anterior ponto 3.2.2.

A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada no começo e fim do período; que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações, à data de 31 de Dezembro de 2014 encontram-se no quadro seguinte.

Descrição	Ano	Valor	Taxa	Valor Deprec.	Acumulado	Valor Liq.
Programas informáticos	2011	734,31 €	33,33 %	122,31 €	734,31 €	0,00 €
Programas informáticos	2007	940,00 €			940,00 €	0,00 €
TOTAIS		1.674,31 €		122,31 €	1.674,31 €	0,00 €

Tabela 5 – Ativos intangíveis

7. LOCAÇÕES

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira, á data de 31 de Dezembro de 2014.

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em Fevereiro de 2013 a AFPAD obteve um empréstimo bancário (através do banco espirito santo (BES), agora Novo Banco), no valor de 35.000,00 euros a liquidar em trinta e seis prestações mensais.

No ano de 2013 foi liquidado a quantia de 9.212,02 euros e em 2014 foi liquidado o valor de 11.568,34 euros, perfazendo um total já amortizado de 20.780,36 euros, ficando em dívida a quantia de 14.219,64 euros à data de 31 de Dezembro de 2014.

Também no ano de 2014 os juros com este empréstimo à data de 31 de Dezembro de 2014, ascendeu a 1.006,46 euros.

9. INVENTÁRIOS

O critério de mensuração do inventário adotado incluindo a fórmula de custeio usada está mencionado no ponto 3.2.3.

O método utilizado na contabilização do inventário é o “inventário intermitente”.

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade, a quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, e a quantia de inventários escriturada pelo custo corrente, à data de 31 de Dezembro de 2013 e à data de 31 de Dezembro de 2014, encontram-se no quadro seguinte.

Descrição	2014	2013
Saldo Inicial	329,69 €	288,30 €
Compras	29.596,38 €	23.755,64 €
Regularizações	0,00 €	0,00 €
Saldo Final	- 396,27 €	- 329,69 €
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	29.529,80 €	23.714,25 €

Tabela 6 – Inventários

À data de 31 de Dezembro de 2014 a conta mercadorias apresentava o seguinte saldo.

Descrição	Valor 2014
Géneros alimentares – Centro Atividades Ocupacionais	396,27 €
Total	396,27 €

Tabela 7 – Conta de mercadorias em 2014

10. RÉDITO

O rédito reconhecido em 31 de Dezembro em 2014 e 2013, conforme o quadro seguinte:

Rubricas	2014	2013
Vendas	988,80 €	962,85 €
Prestação de Serviços	77.968,40 €	67.952,00 €
Outros Rendimentos e ganhos	15.393,62 €	17.414,71 €
Total	94.350,82 €	86.329,56 €

Tabela 8 – Vendas e prestações de serviços e outros rendimentos

Vendas – Esta rubrica diz respeito às vendas de trabalhos manuais efetuados pelos clientes do Centro de Atividades Ocupacionais e do Lar Residencial;

Prestação de Serviços – Esta rubrica diz respeito às participações dos clientes do Lar Residencial, do Centro de Atividades Ocupacionais, dos Serviços e Terapias Complementares e Quotizações de Associados.

Outros Rendimentos e Ganhos – Esta rubrica refere-se a outros rendimentos que engloba os rendimentos de rifas e tombola, os donativos monetários e não monetários, o valor a receber da consignação do 0,5% de IRS relativo a anos anteriores e a outros rendimentos de valor sem significado.

11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência à data de 31 de Dezembro de 2013 e 2014 apresentava os seguintes saldos na conta de subsídios e apoio do Governo.

Descrição	2014	2013
ISSS – Centro Atividades Ocupacionais (CAO)	116.944,80 €	115.788,00 €
ISSS – Intervenção Precoce na Infância (IPI)	54.912,00 €	54.369,60 €
ISSS – Lar Residencial “ A Minha Casa”	138.391,20 €	137.020,32 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	162,78 €	285,07 €
Camara Municipal de Vila Nova de Famalicão	0,00 €	15.000,00 €
Programa Operacional Potencial Humano (POPH)	0,00 €	13.296,25 €
Instituto Segurança Social – Fundo Socorro Social	0,00 €	25.500,00 €
Totais	310.410,78 €	361.259,24 €

Tabela 9 – Subsídios do governo

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência à data de 31 de Dezembro de 2014, não tem aplicações ou instrumentos financeiros.

13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência incorreu com os empregados em 2013 e 2014 foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações do Pessoal	253.791,66 €	261.864,91 €
Encargos Sobre Remunerações	52.435,47 €	50.833,24 €
Seguros de Acidente Trabalho	1.869,02 €	1.954,58 €
Estágios Profissionais	0,00 €	0,00 €
Outros Gastos com Pessoal	722,97 €	731,86 €
Totais	308.819,12 €	315.384,59 €

Tabela 10 – Gastos com pessoal em 2014 e 2013

O número médio dos recursos humanos pertencentes ao quadro de pessoal em 2014 e 2013 foram de 23 colaboradores pertencentes ao quadro de pessoal.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Diversos

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora nem à Segurança Social, pelo que tem perante estas entidades a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14.2 Depósitos Bancários

Os Depósitos à Ordem em 2014 e 2013 apresentavam os seguintes saldos.

Descrição	2014	2013
BPI - Banco BPI	0,00 €	0,00 €
MG - Banco Montepio Geral	881,23 €	881,23 €
NB - Novo Banco	25.759,80 €	30.203,57 €
Total	26.641,03 €	31.084,80 €

Tabela 11 – Saldo depósitos bancários em 2014 e 2013

14.3 Estado e Outros Entes Públicos

À data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a conta de estado e outros entes públicos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2014	2013
Retenção Impostos (IRS, Sobretaxa)	1.885,88 €	1.701,00 €
Contribuições Seg. Social	5.965,30 €	5.810,26 €
Total	12.179,16 €	7.511,26 €

Tabela 12 – Saldo da conta de dívidas ao estado

14.4 Outras Contas a Receber e Pagar

À data de 31 de Dezembro de 2014 as contas de balanço, outras contas a receber e a pagar apresentavam os saldos de acordo com o quadro seguinte.

Descrição	Valor a receber	Valor a pagar
Vendas de Trabalhos Manuais	688,80 €	
Ministério Finanças – Consignação 0,5% IRS	3.350,55 €	
Clientes Lar Residencial	372,75 €	
Valor de Rifas Natal	475,00 €	
Outros (acerto de contas)	13,13 €	
Donativos Monetários	781,00 €	
Remunerações a Liquidar (Férias e Sub. Férias)		44.407,71 €
Géneros Alimentares		847,41 €
EDP – CAO e LAR		380,02 €
Vodafone - Telecomunicações		270,40 €
Gás		119,59 €
Serviços Municipais - Agua		123,14 €
Advogado		246,00 €
Material Escritório		46,04 €
Fornecedores de Investimento		500,00 €
Total	5.681,23 €	46.940,31 €

Tabela 13 – Outras contas a receber e a pagar

14.5 Diferimentos

À data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a conta de diferimentos apresentava os seguintes saldos, relativamente a gastos a reconhecer.

Descrição	2014	2013
Serviços controlo de pragas	82,00 €	82,00 €
Material de escritório	29,90 €	0,00 €
Seguros	432,70 €	0,00 €
Total	544,60 €	82,00 €

Tabela 14 – Saldo da conta de diferimentos

14.6 Fornecimentos e Serviços Externos

À data de 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a conta de fornecimentos e serviços externos apresentava os seguintes saldos.

Descrição	2014	2013
Trabalhos Especializados	2.699,99 €	13.469,54 €
Publicidade e Propaganda	481,51 €	430,52 €
Honorários	6.152,75 €	4.842,68 €
Conservação e Reparação	2.804,15 €	5.361,40 €
Ferramentas Utensílios Desg. Rápido	1.615,06 €	2.301,65 €
Livros e Documentação Técnica	114,58 €	0,00 €
Material de Escritório	1.363,36 €	2.103,29 €
Artigos para Oferta	503,45 €	364,66 €
Material Didático	1.387,87 €	929,95 €
Eletricidade	4.141,94 €	3.424,32 €
Combustíveis	9.677,17 €	8.673,52 €
Água	1.764,83 €	1.291,36 €
Outros Fluídos	2.111,82 €	2.295,22 €
Deslocações e Estadas	1.057,30 €	1.163,30 €
Rendas e Alugueres	6.327,50 €	6.327,50 €
Comunicação	2.690,86 €	2.847,97 €
Seguros	976,16 €	1.439,22 €
Contencioso e Notariado	239,05 €	321,00 €
Despesas de Representação	568,95 €	927,00 €
Limpeza Higiene e Conforto	6.220,82 €	7.103,17 €
Encargos Saúde Clientes	120,88 €	249,41 €
Outros Serviços	876,34 €	312,36 €
Total	53.896,34 €	66.179,04 €

Tabela 15 – Fornecimentos e serviços externos

15. FLUXOS DE CAIXA

15.1 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais – Método Direto

No quadro seguinte é apresentado os valores das atividades operacionais que dizem respeito aos recebimentos e pagamentos incluídos na rubrica de outros recebimentos / pagamentos.

Outros Recebimentos	Valor
Instituto Segurança Social	309.860,19 €
Instituto Emprego Formação Profissional (IEFP)	162,78 €
Vendas da Tombola	828,01 €
Vendas trabalhos manuais	981,85 €
Donativos monetários e injunções tribunal	9.967,70 €
Cotas de Associados	1.442,00 €
Consignação 0,5% IRS	3.538,28 €
Rifas de Natal	564,00 €
(1) Total Recebimentos	327.344,81 €
Outros Pagamentos	Valor
Pagamento Contribuições Segurança Social	79.516,39 €
Pagamento Retenções na Fonte (IRS) e sobretaxa	22.468,00 €
Pagamento Rendas	4.500,00 €
Pagamento Seguros	3.316,78 €
Pagamentos de Vendas a Dinheiro (Caixa)	4.903,04 €
Pagamentos de Água, Gás, Eletricidade, TV Cabo	8.043,63 €
Pagamento à Vodafone (Telecomunicações)	2.753,54 €
Pagamento União Distrital Instit. Particulares Solidariedade Social (UDIPSS)	220,00 €
Pagamento condomínio	247,50 €
Pagamento Honorários	5.374,75 €
Pagamentos Diversos	1.941,04 €
(2) Total Pagamentos	133.284,67 €
Saldo (1-2)	194.060,14 €

Tabela 16 – Fluxos caixa atividades operacionais

16. RÁCIOS

16.1 Fundo Maneio

Descrição	2014	2013
Ativo Corrente	40.079,77 €	40.648,21 €
Passivo Corrente	77.125,43 €	85.059,79 €
Fundo Maneio (FM)	- 37.045,66 €	-44.411,58 €

Tabela 17 – Fundo de maneiro

O fundo de maneiro negativo (FM <0) reflete um desequilíbrio patrimonial e implica uma necessidade de aumentar o ativo corrente.

Pelos dados apresentados na tabela verifica-se que a situação do fundo de maneiro apesar de ser negativa, melhorou a sua performance de 2013 para 2014, tendo diminuído o valo em 7.500,00 € aproximadamente.

De referir que no passivo corrente está registado o valor de 14.219,64 € referente ao empréstimo bancário obtido de médio e longo prazo e o valor de 44.407,71 € que se refere às férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal, que será liquidado em 2015, mas que dizem respeito a direitos vencidos em 2014.

Também de salientar que de 2013 para 2014, verificaram-se alterações pouco significativas no valor das dívidas quer ao estado quer aos fornecedores, em que as mesmas aumentaram ligeiramente em 2014.

16.2 Liquidez Geral e Liquidez Imediata

Descrição	2014	2013
Liquidez geral	0,519	0,477
Liquidez imediata	34,72 %	36,61 %

Tabela 18 – Rácio Liquidez geral e imediata

O rácio de liquidez geral determina a capacidade da entidade para esta fazer face aos seus compromissos a curto prazo.

Dado que o valor apresentado por este rácio é menor que 1, significa que os ativos correntes são inferiores ao passivo corrente. Esta situação poderá refletir dificuldades de Tesouraria. No entanto, essas dificuldades poderão não se fazer sentir se a velocidade de rotação do ativo corrente permitir fazer face ao timing de exigibilidade das dívidas de curto prazo.

Como se pode verificar na tabela acima, o rácio da liquidez geral aumentou ligeiramente de 2013 para 2014, o que significa que melhorou a sua posição da capacidade para fazer face aos seus compromissos.

O rácio de liquidez imediata traduz os conceitos de ativos líquidos, cingindo-se às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo que uma organização dispõe para fazer face às dívidas a pagar a curto prazo.

Pela análise que verificamos na tabela acima podemos afirmar que a situação sofreu um pequeno decréscimo em termos percentuais de 2013 para 2014, passando de 36,61 % para 34,72 %.

16.3 Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento

Descrição	2014	2013
Autonomia financeira	38,42 %	34,17 %
Solvabilidade	62,41 %	51,92 %
Endividamento	61,57 %	65,82 %

Tabela 19 – Rácio autonomia financeira, solvabilidade e endividamento

O rácio da autonomia financeira determina a (in) dependência da entidade face a capitais alheios, dando apoio na análise do risco sobre a estrutura financeira da organização.

Traduz a capacidade da organização de financiar o ativo através dos fundos patrimoniais sem ter de recorrer a empréstimos.

Os valores apresentados significam o recurso alargado a financiamento externo e sofreu uma ligeira melhoria de 2013 para 2014, passando de 34,17% em 2013 para 38,42% em 2014, o que significa que obteve maior estabilidade financeira no ano de 2014.

O rácio da solvabilidade é a capacidade da organização para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da organização face aos seus credores.

Este rácio também apresenta uma melhoria significativa de um ano para outro, tendo aumentado cerca de 10 % de 2013 para 2014, como se pode observar na tabela.

Quanto maior for este rácio, maior será a segurança dos credores face aos seus créditos.

O rácio de endividamento mede a taxa de endividamento total.

Este rácio melhorou de 2013 para 2014, tendo uma ligeira diminuição em cerca de 4 %, passando de 65,82 % para 61,57 %.

Contudo o valor apresentado significa que os capitais alheios financiam mais de metade das aplicações totais.

16.4 Rendibilidade Líquida da Atividade

A rendibilidade líquida da atividade, também conhecida como resultado económico líquido, mede o rendimento do conjunto de meios utilizados para a prossecução da atividade.

Descrição	2014	2013
Rendibilidade líquida	- 9.770,20 €	18.916,61 €

Tabela 20 – Rendibilidade Líquida

No cálculo deste rácio, não são consideradas as rubricas de outros gastos e perdas e gastos e perdas financeiras por parte dos gastos, assim como não são consideradas as rubricas de outros rendimentos e juros e outros rendimentos por parte dos rendimentos.

Como se pode verificar na tabela acima, este rácio apresenta um valor positivo no ano de 2013 e um resultado negativo em 2014. Esta diferença deve-se ao facto de em 2013 ter existido o subsídio do município de Vila Nova de Famalicão no valor de 15.000,00 € e o subsídio do fundo de socorro social no valor de 25.500,00 € e em 2014 não houve lugar a esses subsídios.

Da análise deste rácio, pode-se concluir que a AFPAD sem os donativos monetários e não monetários (que são os mais relevantes desta rubrica) apresenta uma rendibilidade líquida negativa.

5. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - CAO

Demonstração dos Resultados por Naturezas CAO				
Rendimentos e Gastos	2014	2013	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	21.661,78 €	20.939,15 €	+ 3,45 %	+ 722,63 €
Subsídios, doações legados á exploração	117.091,31 €	127.568,27 €	- 8,94 %	- 10.476,96 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	- 8.797,41 €	- 8.020,30 €	+ 9,68 %	+ 777,11 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 14.900,30 €	- 20.499,40 €	- 37,57 %	- 5.599,10 €
Gastos com Pessoal	- 87.745,22 €	- 82.972,13 €	+ 5,75 %	+ 4.773,09 €
Imparidades de dívidas a receber	0,00 €	- 549,63 €	- 100,00 %	- 549,63 €
Outras Imparidades (perdas/reversões)	0.00 €	- 96.48 €	- 100,00 %	- 96,48 €
Outros Rendimentos e Ganhos	6.222,08 €	6.779,71 €	- 8,96 %	- 557,63 €
Outros Gastos e Perdas	- 298,73 €	- 146,15 €	+ 104,39 %	+ 152,58 €
Resultado antes de Depreciações	33.233,51 €	43.003,04 €	- 29,39 %	- 9.769,53 €
Gastos/Reversões de Depreciação	- 2.818,82 €	- 2.811,35 €	+ 0,26 %	+ 7,47 €
Resultado Operacional	30.414,69 €	40.191,69 €	- 32,14 %	- 9.777,00 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	89,62 €	29,21 €		+ 60,41 €
Juros e Gastos Similares Suportados	- 436,50 €	- 537,11 €		- 100,61 €
Resultado Líquido do Período	30.067,81 €	39.683,79 €	- 31,98 %	- 9.615,98 €

Tabela 21 – Demonstração resultados CAO

Os gastos do CAO representam 28,67 % do total global de Gastos e os rendimentos representam 35,81 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Centro de Atividades Ocupacionais no ano de 2014 e 2013.

Descrição	2014	2013
Rendimento total anual	145.064,79 €	155.316,34 €
Rendimento médio mensal	12.088,73 €	12.943,02 €
Gasto total anual	114.996,98 €	115.632,55 €
Gasto médio mensal	9.583,08 €	9.636,04 €
Gasto médio mensal por cliente	479,15 €	481,80 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	487,27 €	482,45 €

Tabela 22 – Rendimentos e Gastos totais e médios do CAO

6. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - IPI

Demonstração dos Resultados por Naturezas IP				
Rendimentos e Gastos	2014	2013	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	276,26 €	306,85 €	- 11,07 %	+ 29,07 €
Subsídios, doações legados á exploração	54.928,27 €	82.719,60 €	- 50,59 %	+ 28.792,87 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 3.465,33 €	- 2.906,36 €	+ 19,25 %	- 1.600,73 €
Gastos com Pessoal	- 43.500,25 €	- 49.273,68 €	- 13,27 %	- 6.432,46 €
Provisões (aumentos/reduções)	0,00 €	0,00 €		- 14.484,67 €
Outras Imparidades (perdas/reversões)	0,00 €	- 49,54 €	- 100,00 %	+ 49,54 €
Outros Rendimentos e Ganhos	2.724,69 €	3.132,23 €	- 14,95 %	+ 380,82 €
Outros Gastos e Perdas	-130,39 €	-75,05 €	+ 73,73 %	+ 27,36 €
Resultado antes de Depreciações	10.833,25 €	33.854,05 €	- 212,50 %	+38.778,80 €
Gastos/Reversões de Depreciação	-1.323,29 €	-1.317,26 €	+ 0,45 %	+ 849,31 €
Resultado Operacional	9.509,96 €	32.536,79 €	- 242,13 %	+ 37.144,09 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	46,01 €	14,97 €		+14,97 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-218,49 €	-275,76 €		+ 264,63 €
Resultado Líquido do Período	9.337,48 €	32.276,00 €	- 245,66 %	+ 37.679,83 €

Tabela 23 – Demonstração resultados de IPI

Os gastos da Intervenção Precoce na Infância representam 12,12 % do total global de Gastos e os rendimentos representam 14,31 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos da Intervenção Precoce na Infância no ano de 2014 e 2013.

Descrição	2014	2013
Rendimento total anual	57.975,23 €	83.173,65 €
Rendimento médio mensal	4.831,26 €	6.931,13 €
Gasto total anual	48.637,75 €	53.897,65 €
Gasto médio mensal	4.053,14 €	4.491,47 €
Gasto médio mensal por criança (40 crianças)	101,32 €	112,28 €
Comparticipação mensal por criança da Seg. Social	114,40 €	113,27 €

Tabela 24 – Rendimentos e gastos totais e médios de IPI

7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – LAR RESIDENCIAL

Demonstração dos Resultados por Naturezas LAR Residencial				
Rendimentos e Gastos	2014	2013	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	49.397,76 €	43.614,85 €	13,25 %	+ 5.782,91 €
Subsídios, doações legados á exploração	138.391,20 €	150.971,37 €	- 9,09 %	- 12.580,17 €
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	- 20.580,98 €	- 15.543,95 €	+ 32,40 %	+ 5.037,03 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 30.292,21 €	- 39.044,29 €	- 28,89 %	- 8.752,08 €
Gastos com Pessoal	- 176.157,65 €	- 183.138,78 €	- 3,96 %	- 6.981,13 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00 €	- 114,74 €	- 100,00 %	- 114,74 €
Outros Rendimentos e Ganhos	6.446,85 €	7.502,77 €	- 16,37 %	- 1.055,92€
Outros Gastos e Perdas	- 315,99 €	- 173,80 €	+ 81,81 %	+ 142,19€
Resultado antes de Depreciações	- 33.111,02 €	- 35.926,57 €	- 8,50 %	- 2.815,55 €
Gastos/Reversões de Depreciação	- 2.750,01 €	- 2.350,99 €	+ 16,97 %	+ 399,02 €
Resultado Operacional	- 35.861,03 €	- 38.277,56 €	- 6,73 %	- 2.416,53 €
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	106,66 €	34,79 €		+ 71,87 €
Juros e Gastos Similares Suportados	- 502,50 €	- 638,90 €		- 136,40 €
Resultado Líquido do Período	- 36.256,87 €	- 38.881,67 €	- 7,23%	- 2.624,80€

Tabela 25 – Demonstração resultados LAR

Os gastos do Lar Residencial representam 57,50 % do total global de gastos e os rendimentos representam 47,98 % do total global dos rendimentos.

Rendimentos e Gastos do Lar Residencial no ano de 2014 e 2013.

Descrição	2014	2013
Rendimento total anual	194.342,47 €	202.123,78 €
Rendimento médio mensal	16.195,20 €	16.843,64 €
Gasto total anual	230.599,34 €	241.005,45 €
Gasto médio mensal	19.216,61 €	20.083,78 €
Gasto médio mensal por cliente	1.601,38 €	1.673,64 €
Comparticipação mensal por cliente da Seg. Social	961,05 €	951,53 €

Tabela 26 – Rendimentos e gastos médios do Lar

7. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS – SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES (STC)

Demonstração dos Resultados por Naturezas STC				
Rendimentos e Gastos	2014	2013	Variação %	Variação Valor
Vendas e Serviços Prestados	7.621,40 €	4.054,00 €	+ 87,99 %	+ 3.567,40 €
Subsídios, doações legados á exploração	0,00 €	0,00 €		
Custo Mercadoria Vendida e Matéria	- 151,41 €	- 150,00 €	+ 0,94 %	+1,41 €
Fornecimentos e Serviços Externos	- 5.238,50 €	- 3.728,99 €	+ 40,48 %	+ 1.509,51 €
Gastos com Pessoal	- 1.416,00 €	0,00 €	+ 100,00 %	+ 1.416,00 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €		
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00 €	0,00 €		
Outros Gastos e Perdas	0,00 €	0,00 €		
Resultado antes de Depreciações	815,49 €	175,10 €	+ 365,72 %	+ 640,39 €
Gastos/Reversões de Depreciação	0,00 €	0,00 €		
Resultado Operacional	815,49 €	175,10 €		
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00 €	0,00 €		
Juros e Gastos Similares Suportados	0,00 €	0,00 €		
Resultado Líquido do Período	815,49 €	175,10 €	+ 365,72%	+ 640,39€

Tabela 27 – Rendimentos e gastos médios dos STC

Os gastos dos Serviços e Terapias Complementares representam 1,69 % do total global de gastos e os rendimentos representam 1,88 % do total global dos rendimentos.

De referir que os serviços e terapias complementares engloba os serviços de terapia da fala e de psicologia, assim como engloba os serviços prestados pelo centro estimulação de Alzheimer/doenças neurodegenerativas.

No ano de 2014 foram apoiadas 4 crianças nos serviços de terapia da fala e de psicologia.

O centro de alzheimer atendeu e prestou serviço a 6 pessoas, tendo uma iniciado em Junho, outra em Setembro e três em Outubro.

8. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Comparação entre a execução e o orçamento de 2014 relativamente aos Gastos.

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2014	2014	Valor	%
Custo Mercadorias Vendidas	29.529,80 €	22.500,00 €	+ 7.029,80 €	31,24 %
Fornecimentos e serviços externos	53.896,34 €	57.862,50 €	- 3.966,16 €	- 6,85 %
Gastos com pessoal	308.819,12 €	311.189,32 €	- 2.370,20 €	- 0,76 %
Gastos de depreciação e amortização	6.892,12 €	6.657,26 €	+ 234,86 €	3,53 %
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %
Provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 %
Outros gastos e perdas	745,11 €	220,00 €	+ 525,11 €	238,69 %
Gastos e perdas de financiamento	1.157,49 €	1.712,40 €	- 554,91 €	47,94%
Totais	401.039,98 €	400.141,48 €	898,50 €	0,22 %

Tabela 28 – Comparação da execução dos gastos com o orçamento

Na tabela acima apresentado temos a composição da estrutura dos gastos, entre o que foi orçamentado para o ano de 2014 e o que foi realizado durante o mesmo ano, com o apuramento das respetivas diferenças.

Como podemos constatar na tabela, os gastos na sua globalidade (todas as rubricas) a diferença apurada entre o que foi orçamentado e o que foi realizado para o ano de 2014 atingiu o valor de 898,50 € que se traduz numa diferença de 0,22% aproximadamente.

Comparação entre a execução e o orçamento de 2014 relativamente aos Rendimentos

Contas	Execução	Orçamento	Desvio	Desvio
	2014	2014	Valor	%
Vendas	988,80 €	800,00 €	188,80 €	23,60 %
Prestações de serviços	77.968,40 €	73.093,00 €	4.875,40 €	6,67 %
Subsídios, Doações e Legados	310.410,78 €	322.177,92 €	- 11.767,14 €	- 3,65 %
Outros Rendimentos e Ganhos	15.393,62 €	5.700,00 €	9.693,62 €	170,06 %
Juros e Outros Rendimentos	242,29 €	100,00 €	142,29 €	142,29 %
Totais	405.003,89 €	401.870,92 €	3.132,97 €	0,77 %

Tabela 29 – Comparação da execução dos rendimentos com o orçamento

Como se pode verificar na tabela acima apresentada relativamente aos rendimentos, podemos verificar que os valores orçamentados e os valores realizados durante o ano de 2014 apresentam uma variação global quase sem significado ou seja em cerca de 0,77 %.

CAPITULO VI - DIVERSOS

1. CONCLUSÕES

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência tem conseguido vencer todas as adversidades, quer por conjunturas Nacionais quer por conjunturas Internacionais, internas e/ou externas, onde se apresenta com o mesmo rigor e confiança no futuro.

O relatório aqui apresentado pretende divulgar toda a informação considerada apropriada para a análise da atividade exercida durante o ano de 2014 que foi desenvolvida de acordo com o esperado para o seu normal funcionamento e toda a informação económica e financeira para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro de uma entidade com o objetivo de que essa informação seja útil a uma vasta gama de utilizadores na tomada de decisões.

As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por naturezas, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo (periodização económica), consistência de apresentação, materialidade e agregação, informação comparativa, o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.

Pela análise económica e financeira criteriosamente efetuada com base nos vários instrumentos e peças contabilísticas, a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conseguiu atingir os seus objetivos e estratégias traçadas para o ano de 2014 na sua globalidade e da forma que foi possível, contribuindo para esse facto o empenho e a dedicação de todos quanto colaboraram de uma ou de outra forma com a Associação.

De realçar o facto de o ano de 2014 não ser contemplado com subsídios extraordinários, quer do Fundo de Socorro Social, quer da Camara Municipal de Famalicão, como aconteceu no ano transato.

2. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência durante o ano de 2014 cumpriu na íntegra com todas as suas obrigações fiscais e legais.

À data de 31 de Dezembro de 2014, não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social ou a qualquer outra entidade pública, tendo obtido a declaração da situação contributiva perante a Segurança Social e a declaração da situação tributária regularizadas perante estes organismos.

Durante o corrente ano foi entregue via internet nas respetivas entidades, o relatório único ao abrigo da portaria n.º 55/2010 publicado no Diário da República n.º 14, 1 Série, de 21 de Janeiro de 2010, que inclui o Balanço Social, Anexo A – Quadro de Pessoal, Anexo B – Fluxo de Entrada ou Saída de Trabalhadores, Anexo C – Relatório Anual da Formação Contínua e o Anexo D (CAO e LAR) – Relatório Anual da Atividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Anexo E Greves, Anexo F – Informação sobre prestadores de serviços, enviado ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Foi enviado ao Ministério das Finanças - Direção Geral dos Impostos, o modelo 25 referente aos donativos em géneros e em moeda monetária e o modelo 10, referente aos rendimentos e retenções na fonte de IRS do trabalho dependente e independente e o modelo 22 de IRC.

À data de 31 de Dezembro de 2014, não se verificou qualquer registo no livro de reclamações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de Setembro.

3. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Para o próximo ano e seguintes, perspetiva-se que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência mantenha um ritmo de crescimento e desenvolvimento sustentado, de acordo e em função das oportunidades que possam surgir, com o objetivo de aumentar a eficiência e a eficácia no desenvolvimento das suas atividades e o reforço da qualidade e melhoria contínua dos serviços prestados.

Também se espera que venha a cumprir com todos os projetos que assumiu no passado e/ou venha a assumir no futuro, em prol de um serviço que vá de encontro às expectativas dos seus clientes e que lhes possa proporcionar a melhor qualidade de vida desejada para todos os intervenientes.

Efetuada a avaliação pelo órgão de gestão sobre toda a informação aqui disponibilizada que considera que é apropriada é de parecer pela continuidade da entidade sobre o futuro, que é pelo menos de 12 meses a partir desta data.

4. FACTOS RELEVANTES APÓS O ENCERRAMENTO DE CONTAS DE 2014

Até à presente data não ocorreram factos materialmente relevantes que deem lugar a ajustamentos ou que possam afetar a posição das demonstrações financeiras do ano de 2014.

5. REFERENCIAS FINAIS

A Direção da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência agradece o contributo decisivo prestado por todos quantos colaboram para o desenvolvimento da atividade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, designadamente clientes e significativos, Instituto da Segurança Social de Braga, Município de Vila Nova de Famalicão, fornecedores, instituições financeiras, e demais entidades públicas e privadas, assim como o empenho e confiança dos seus associados no acompanhamento da evolução da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, durante o ano de 2014.

A direção expressa ainda o seu reconhecimento a todos os colaboradores da Associação cujo esforço, decisão e competência contribuíram para os resultados alcançados no ano findo.

Os agradecimentos da direção são extensíveis a todas as entidades que ao longo do ano colaboraram com a AFPAD.

Por último, uma palavra especial de agradecimento aos nossos clientes e parceiros sociais pela preferência e confiança que em nós depositam e a todos os colaboradores da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência, pelo trabalho realizado e pelo empenho sempre demonstrado.

Vila Nova de Famalicão, 20 de Março de 2014

A DIREÇÃO:

Presidente:	Mário da Costa Martins
Tesoureiro:	Maria Teresa Anes
Secretária:	Diamantino Oliveira Barbosa
Tesoureiro	António José Abreu Fonseca Carvalho
Vogal	Joaquim Filipe Lemos Cunha



**ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE
DE
PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA**

FUNDADA EM 1993

INSTITUIÇÃO CERTIFICADA





Rua António Sérgio, 103

4760 – 298 VILA NOVA DE FAMILICÃO

www.afpad.org